



RELATÓRIO E CONTAS

1º Semestre de 2004

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS

1º SEMESTRE DE 2004

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO	4
1. SÍNTESE DA ACTIVIDADE	4
2. INFORMAÇÕES LEGAIS	4
3. PERSPECTIVAS PARA O SEGUNDO SEMESTRE	5
 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	 9
 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	 71
 RELATÓRIOS DOS AUDITORES	 75

RELATÓRIO DE GESTÃO

O Relatório de Gestão correspondente à actividade consolidada da Portugal Telecom, SGPS, S.A. faz ampla referência a todos os aspectos relativos à evolução dos vários negócios desenvolvidos pelas diferentes empresas do Grupo, pelo que, sobre essas matérias, nos permitimos remeter os Senhores Accionistas para a leitura do mesmo.

1. Síntese da Actividade

O volume de negócios da sociedade, em termos individuais, advém exclusivamente da prestação de serviços de gestão às empresas do Grupo, tendo-se cifrado, no primeiro semestre de 2004, em cerca de 9,7 milhões de euros.

O Resultado Líquido do semestre ascendeu a 323 milhões de euros, o que representa um aumento de 124,8% em relação ao ano anterior.

2. Informações Legais

De acordo com as disposições legais em vigor, informa-se que:

- Não existem quaisquer dívidas em mora ao Estado Português e à Segurança Social.
- No início de 2004, a PT detinha em carteira 28 644 509 acções próprias, as quais foram adquiridas no âmbito do programa de *share buyback* anunciado pela Comissão Executiva em 16 de Setembro de 2003, que compreende a aquisição de acções próprias representativas de 10% do capital da Empresa. No primeiro semestre de 2004, e no prosseguimento do programa de *share buyback* antes referido, a PT adquiriu 25 580 599 acções próprias a um preço médio unitário de 8,76 euros. Deste modo, no final do primeiro semestre de 2004, a PT detinha em carteira 54 225 108 acções próprias representativas de 4,32% do capital da Empresa, as quais foram adquiridas por um preço médio unitário de 8,01 Euros. Nessa data, e conforme estabelecido na legislação em vigor, a Empresa mantém registada uma reserva indisponível para acções próprias no montante de 434 092 747 euros, que corresponde ao valor de aquisição das acções próprias em carteira.
- Não foram celebrados negócios ou operações que sejam de considerar significativos em termos económicos por quaisquer das partes envolvidas, entre a Sociedade e os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização.

3. Perspectivas para o Segundo Semestre

Os sinais de recuperação que se começam a manifestar nas economias portuguesa e europeia, conjugados com os resultados obtidos no primeiro semestre e a informação operacional mais recente, permitem-nos encarar com algum optimismo as perspectivas para o segundo semestre de 2004.

A PT tem uma estrutura financeira extremamente sólida, uma posição de forte liderança no mercado doméstico e no mercado móvel brasileiro, um bom desempenho operacional na generalidade dos negócios, e uma forte capacidade de geração de *cash flow*. A PT alia a uma carteira diversificada e completa de serviços no mercado doméstico as potencialidades de crescimento futuro no mercado brasileiro.

A PT deverá prosseguir uma estratégia de maximização do *cash flow* e fortalecimento da sua estrutura financeira, através de uma sólida execução em todas as áreas de negócio, promovendo a produtividade e eficiência a todos os níveis, melhorando a rendibilidade, e, de uma forma progressiva e sustentada, aumentando a remuneração dos accionistas.

No negócio de rede fixa, em resultado das alterações na envolvente macroeconómica, das acções de estímulo ao consumo que vão sendo desenvolvidas, e do forte crescimento esperado no acesso à Internet em banda larga através do ADSL, perspectiva-se uma menor redução das receitas. O enfoque na racionalização de custos de exploração e investimento, e o impacto de futuras reduções de trabalhadores, irão permitir a continuação de uma forte geração de *cash flow* nesta área de negócio.

Na TMN, a recuperação económica deverá resultar numa melhoria nos níveis de utilização e de receita por cliente, ajudando a compensar a forte pressão sentida em termos da descida dos preços de interligação. A focalização da PT nesta área de negócio continuará a ser no sentido de manter a liderança destacada no mercado, através da fidelização dos clientes com o lançamento de novos serviços e produtos inovadores. O lançamento dos serviços de terceira geração (UMTS) em Abril último abrirá novas perspectivas de crescimento do negócio móvel a médio prazo. O prosseguimento de uma gestão rigorosa dos custos permitirá uma melhoria progressiva das margens.

No Brasil, a rentabilização dos investimentos realizados passará pela melhoria da eficiência operacional e financeira da Vivo, tirando partido das economias de escala e das sinergias decorrentes da dimensão e liderança destacada no mercado. O contributo da Vivo para o potencial de crescimento futuro da PT é muito significativo.

Na PT Multimédia, estão em curso iniciativas para aumentar as margens dos diferentes segmentos de negócio, nomeadamente tirando partido da infra-estrutura instalada e da forte posição na televisão por subscrição. Pretende-se aumentar a penetração e a oferta de produtos *Premium* e do acesso à Internet em banda larga, tal como continuar a racionalizar a estrutura de custos, acções que já se reflectiram na performance deste semestre, mas que se irão aprofundar no futuro.

Em termos de endividamento e estrutura financeira, a estratégia da PT vai pautar-se pela manutenção dos sólidos indicadores financeiros actuais. A solidez financeira da PT é uma clara vantagem competitiva no contexto do sector.

A criação e distribuição de mais valor aos accionistas será a nossa prioridade, corporizando assim os nossos objectivos de aumento progressivo e sustentado da remuneração aos accionistas.

Lisboa, 2 de Setembro de 2004.

O Conselho de Administração

Ernâni Rodrigues Lopes

Miguel Horta e Costa

Zeinal Bava

Carlos Vasconcellos Cruz

Iriarte Esteves

Paulo Fernandes

Joaquim Goes

Henrique Granadeiro

Carlos Oliveira Cruz

Jorge Tomé

Fernando Ulrich

Fernando Abril

António Viana Baptista

Pedro Malan

Luís de Mello Champalimaud

Patrick Monteiro de Barros

Jorge Bleck

Carlos Blanco de Morais

João Mello Franco

Gerald McGowan

Peter Golob

Nuno Silvério Marques

Thomaz Paes de Vasconcellos



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PORUTGAL TELECOM, SGPS, S.A.

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2004 E 2003 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003

(Montantes expressos em Euros)

Activo	Notas	30 de Junho			31 de Dezembro		
		2004		2003	Activo	2003	
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido	Activo líquido	
IMOBILIZADO:							
Imobilizações incorpóreas:							
Despesas de instalação	10	51 040 430	(51 040 430)	-	-	-	
Despesas de Investigação e desenvolvimento	10	2 638 849	(701 513)	1 937 336	218 946	1 375 942	
Propriedade industrial e outros direitos	10	270 013	(97 280)	172 733	47 513	216 757	
Trespasses	9,10	512 752 901	(59 734 353)	453 018 548	438 643 005	466 443 465	
Imobilizações em curso	10	-	-	-	119 238	403 652	
		<u>566 702 193</u>	<u>(111 573 576)</u>	<u>455 128 617</u>	<u>439 028 702</u>	<u>468 439 816</u>	
Imobilizações corpóreas:							
Equipamento de transporte	10	2 753 559	(1 344 089)	1 409 470	949 773	1 672 267	
Ferramentas e utensílios	10	574	(479)	95	239	167	
Equipamento administrativo	10	2 879 840	(959 295)	1 920 545	1 126 993	2 104 118	
Outras imobilizações corpóreas	10	1 077 666	(67 441)	1 010 225	1 537 520	859 632	
Imobilizações em curso	10	-	-	-	193 555	-	
		<u>6 711 639</u>	<u>(2 371 304)</u>	<u>4 340 335</u>	<u>3 808 080</u>	<u>4 636 184</u>	
Investimentos financeiros:							
Partes de capital em empresas do grupo	10,16	1 333 416 026	-	1 333 416 026	2 113 684 898	2 042 856 061	
Empréstimos a empresas do grupo	10,16	2 524 650 363	-	2 524 650 363	2 134 339 164	1 933 801 710	
Partes de capital em empresas associadas	10,16	11 008 928	(8 192 526)	2 816 402	4 364 737	5 379 217	
Empréstimos a empresas associadas	10,16	122 363 576	(10 380 056)	111 983 520	24 307 942	108 126 518	
Partes de capital em outras empresas	10,16	65 758 730	(2 075 192)	63 683 538	55 683 537	56 103 539	
Outros empréstimos concedidos	10,16	3 572 662	(3 292 066)	280 596	9 805 687	280 596	
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	10	<u>10 327 105</u>	-	<u>10 327 105</u>	-	-	
	34	<u>4 071 097 390</u>	<u>(23 939 840)</u>	<u>4 047 157 550</u>	<u>4 342 185 965</u>	<u>4 146 547 641</u>	
CIRCULANTE:							
Dividas de terceiros - curto prazo:							
Empresas do grupo	16	364 548 221	-	364 548 221	452 262 282	294 102 632	
Empresas participadas e participantes		8 687	-	8 687	0	-	
Estado e outros entes públicos	49	5 937 079	-	5 937 079	214 291 142	2 999 959	
Outros devedores		<u>5 725 727</u>	-	<u>5 725 727</u>	<u>7 823 015</u>	<u>6 491 903</u>	
		<u>376 219 714</u>	-	<u>376 219 714</u>	<u>674 376 439</u>	<u>303 594 494</u>	
Titulos negociáveis:							
Outros títulos negociáveis	51,56	685 743 870	-	685 743 870	564 387 291	686 121 794	
Outras aplicações de tesouraria	51,56	<u>657 057 550</u>	-	<u>657 057 550</u>	<u>374 024 435</u>	<u>832 655 184</u>	
		<u>1 342 801 420</u>	-	<u>1 342 801 420</u>	<u>938 411 726</u>	<u>1 518 776 978</u>	
Depósitos bancários e caixa:							
Depósitos bancários	56	841 181	-	841 181	1 453 976	1 053 091	
Caixa	56	20 250	-	20 250	20 251	20 250	
		<u>861 431</u>	-	<u>861 431</u>	<u>1 474 227</u>	<u>1 073 341</u>	
Acréscimos e Diferimentos:							
Acréscimos de proveitos	52	38 352 922		38 352 922	34 798 569	32 118 480	
Custos diferidos	52	4 353 976		4 353 976	10 196 935	7 145 467	
Activos por impostos diferidos	6	<u>471 541 466</u>		<u>471 541 466</u>	<u>810 390 575</u>	<u>580 669 241</u>	
		<u>514 248 364</u>		<u>514 248 364</u>	<u>855 386 079</u>	<u>619 933 188</u>	
Total de amortizações			(113 944 880)				
Total de provisões			(23 939 840)				
Total do activo		<u>6 878 642 151</u>	<u>(137 884 720)</u>	<u>6 740 757 431</u>	<u>7 254 671 218</u>	<u>7 063 001 642</u>	

O anexo faz parte integrante do balanço em 30 de Junho de 2004

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2004 E 2003 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003

(Montantes expressos em Euros)

Capital Próprio e Passivo	Notas	30 de Junho		31 de Dezembro
		2004	2003	2003
CAPITAL PRÓPRIO:				
Capital	36, 40	1 254 285 000	1 254 285 000	1 254 285 000
Acções Próprias				
Valor Nominal	40	(54 225 108)	-	(28 644 509)
Descontos e prémios	40	(379 867 639)	-	(181 395 553)
Prémios de emissão de acções	40	91 704 891	91 704 891	91 704 891
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	40	248 458 769	1 242 529 885	995 031 540
Reservas:				
Reserva legal	40	154 225 075	144 184 287	144 184 287
Outras reservas	40	439 934 390	464 893 329	464 893 329
Resultados transitados	40	633 539 183	(39 403 169)	(39 403 169)
		2 388 054 561	3 158 194 223	2 700 655 816
Resultado líquido do semestre/exercício	40	322 518 239	143 486 354	240 218 936
Total do capital próprio		2 710 572 800	3 301 680 577	2 940 874 752
PASSIVO:				
Provisões para riscos e encargos				
Provisões para impostos	34	9 257 744	2 575 565	9 257 744
Outras provisões para riscos e encargos	34	960 708 680	999 905 684	956 902 715
		969 966 424	1 002 481 249	966 160 459
Dividas a terceiros - médio e longo prazo:				
Empréstimos por obrigações:				
Convertíveis	48	440 335 000	550 000 000	440 335 000
Não convertíveis	48	-	124 699 474	-
Dividas a instituições de crédito	48	596 894 045	663 175 186	636 771 483
Fornecedores de imobilizado - conta corrente	15	783 356	661 594	1 003 645
		1 038 012 401	1 338 536 254	1 078 110 128
Dividas a terceiros - curto prazo:				
Empréstimos por obrigações:				
Convertíveis	48	-	450 485 000	450 485 000
Não Convertíveis	48	124 699 474	-	124 699 474
Dividas a instituições de crédito	48	74 936 056	75 351 721	75 143 889
Outros empréstimos obtidos	48	1 125 819 376	614 704 677	842 457 967
Fornecedores - conta corrente		8 166 870	5 439 256	8 206 725
Fornecedores - facturas em recepção e conferência		185 781	829 906	252 264
Empresas do grupo	16	124 192 227	12 772 422	162 036 918
Empresas participadas e participantes		21 471	27 808	15 943
Outros accionistas		625 369	10 395	10 395
Fornecedores de imobilizado - conta corrente	15	869 107	644 060	1 651 855
Estado e outros entes públicos	49	2 714 026	2 013 132	1 738 985
Outros credores	50	203 941 853	1 386 931	14 785 770
		1 666 171 610	1 163 665 308	1 681 485 185
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de custos	52	55 321 445	51 238 534	72 332 667
Proveitos diferidos	52	26 625 010	50 174 724	37 339 750
Passivos por impostos diferidos	6	274 087 741	346 894 572	286 698 701
		356 034 196	448 307 830	396 371 118
Total do passivo		4 030 184 631	3 952 990 641	4 122 126 890
Total do capital próprio e do passivo		6 740 757 431	7 254 671 218	7 063 001 642

O anexo faz parte integrante do balanço em 30 de Junho de 2004

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

PORUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS SEMESTRES FINDOS
EM 30 DE JUNHO DE 2004 e 2003**

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2004		2003	
CUSTOS E PERDAS					
Fornecimentos e serviços externos		16 752 218		13 535 680	
Custos com o pessoal:					
Remunerações		14 252 888		10 745 421	
Encargos sociais:					
Pensões		57 134		341 464	
Outros		<u>1 096 484</u>	15 406 506	<u>1 425 909</u>	12 512 794
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	1 130 274		455 548	
Impostos		15 631		141 837	
Outros custos e perdas operacionais		<u>392 255</u>	<u>407 886</u>	<u>425 623</u>	<u>567 460</u>
		33 696 884		27 071 482	
Perdas em empresas do grupo e associadas	45	29 417 001		14 626 750	
Amortizações e provisões de investimentos financeiros		13 504 917		12 365 536	
Juros e custos similares:					
Relativos a empresas do grupo		996 718		2 747 709	
Outros	45	<u>61 911 601</u>	<u>105 830 237</u>	<u>87 045 392</u>	<u>116 785 387</u>
		139 527 121		143 856 869	
		8 815 310		3 864 687	
		148 342 431		147 721 556	
Custos e perdas extraordinários	46				
		(19 262 978)		25 138 742	
Imposto sobre o rendimento do semestre	6			172 860 298	
		129 079 453		143 486 354	
Resultado líquido do semestre		322 518 239		316 346 652	
		<u>451 597 692</u>			
PROVEITOS E GANHOS					
Prestações de serviços		9 663 750		7 342 056	
Proveitos suplementares		58 668		155 655	
		<u>9 722 418</u>		<u>7 497 711</u>	
Ganhos em empresas do grupo e associadas	45	378 385 509		131 042 695	
Rendimentos de participações de capital	45	1 398 689		1 205 400	
Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:					
Outros		21 475 403		15 517 473	
Outros juros e proveitos similares:					
Relativos a empresas do grupo		15 463 481		29 885 642	
Outros	45	<u>24 696 521</u>	<u>441 419 603</u>	<u>128 860 015</u>	<u>306 511 225</u>
		451 142 021		314 008 936	
Proveitos e ganhos extraordinários	46			2 337 716	
		<u>455 671</u>			
		<u>451 597 692</u>		<u>316 346 652</u>	
Resultados operacionais:		(B) - (A)		(23 974 466)	
Resultados financeiros:		(D-B) - (C-A)		335 589 366	
Resultados correntes:		(D) - (C)		311 614 900	
Resultados antes de impostos:		(F) - (E)		303 255 261	
Resultado líquido do semestre:		(F) - (G)		322 518 239	
				(19 573 771)	
				189 725 838	
				170 152 067	
				168 625 096	
				143 486 354	

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o semestre findo em 30 de Junho de 2004

PORUTGAL TELECOM, SGPS, S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES PARA OS SEMESTRES FINDOS
EM 30 DE JUNHO DE 2004 E 2003
(Montantes expressos em Euros)**

	Notas	2004	2003
Vendas e prestações de serviços	55 a)	9 663 750	7 342 056
Custo das vendas e das prestações de serviços	55 b)	(30 127 821)	(23 649 270)
Resultados Brutos		(20 464 071)	(16 307 214)
Outros proveitos e ganhos e operacionais		99 982	286 176
Custos administrativos		(1 691 544)	(1 020 803)
Outros custos e perdas operacionais	55 c)	(4 003 028)	(2 159 535)
Resultados Operacionais		(26 058 661)	(19 201 376)
Custo líquido de financiamento	55 d)	1 272 915	84 470 028
Ganhos em filiais e associadas	55 e)	332 226 725	102 528 119
Ganhos em outros investimentos		1 398 689	1 190 306
Resultados Correntes		306 293 838	168 987 077
Impostos sobre os resultados correntes	55 f)	16 224 401	(25 500 723)
Resultado líquido do semestre		322 518 239	143 486 354

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por funções para o semestre findo em 30 de Junho de 2004

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

PORUTGAL TELECOM, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2004 E 2003

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2004	2003
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Pagamentos a fornecedores		(47 798 314)	(54 695 540)
Pagamentos ao pessoal		<u>(6 847 335)</u>	<u>(13 309 393)</u>
Fluxo gerado pelas operações		<u>(54 645 649)</u>	<u>(68 004 933)</u>
(Pagamentos)/recebimentos do imposto sobre o rendimento		(4 205 821)	122 305 130
Outros recebimentos relativos a actividade operacional		<u>252 607 851</u>	<u>14 566 827</u>
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u><u>193 756 381</u></u>	<u><u>68 867 024</u></u>
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	56 a)	368 923 113	2 491 991 654
Juros e proveitos similares		37 414 418	53 627 004
Dividendos	56 b)	<u>1 011 099 189</u>	<u>603 639 808</u>
		<u>1 417 436 720</u>	<u>3 149 258 466</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	56 c)	<u>(963 062 014)</u>	<u>(462 444 715)</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>454 374 706</u>	<u>2 686 813 751</u>
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	56 d)	9 185 047 513	4 154 228 088
Venda de acções próprias		<u>-</u>	<u>38 973 796</u>
		<u>9 185 047 513</u>	<u>4 193 201 884</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	56 e)	(9 428 584 831)	(7 116 300 112)
Juros e custos similares		(75 383 526)	(85 879 461)
Dividendos	56 f)	(267 499 686)	(200 886 344)
Aquisição de acções próprias	56 g)	<u>(238 451 159)</u>	<u>(34 052 019)</u>
		<u>(10 009 919 202)</u>	<u>(7 437 117 936)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>(824 871 689)</u>	<u>(3 243 916 053)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(176 740 602)	(488 235 278)
Efeito das diferenças de câmbio		553 134	563 494
Caixa e seus equivalentes no início do semestre	56 h)	1 519 850 319	1 427 557 737
Caixa e seus equivalentes no fim do semestre	56 h)	<u>1 343 662 851</u>	<u>939 885 953</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o semestre findo em 30 de Junho de 2004

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

PORTRUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 30 de Junho de 2004

(Montantes expressos em Euros - €)

Nota Introdutória

A Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("Portugal Telecom" ou "Empresa") e as suas empresas subsidiárias e associadas (Nota 16), que integram o seu universo empresarial ("Grupo Portugal Telecom" ou "Grupo"), operam essencialmente no sector das telecomunicações e multimédia, em Portugal e no estrangeiro.

Em resultado das operações de privatização iniciadas em 1 de Junho de 1995 e terminadas em 4 de Dezembro de 2000, o capital social da Portugal Telecom é detido maioritariamente por accionistas privados. Em 30 de Junho de 2004, o Estado Português e as entidades por si controladas detêm 6,3% do capital social da Portugal Telecom, detendo igualmente 500 accções de Categoria A (Nota 36), as quais lhe conferem direitos especiais.

As accções da Portugal Telecom encontram-se cotadas na Euronext-Lisboa e na *NYSE - New York Stock Exchange*.

Estas demonstrações financeiras referem-se à Empresa em termos individuais, tendo os investimentos financeiros sido registados pelo método de equivalência patrimonial, tal como explicado na Nota 3.c). A Empresa irá preparar e apresentar em separado demonstrações financeiras consolidadas nas quais vão ser incluídas as demonstrações financeiras das empresas em que participa maioritariamente ou detém o controlo de gestão. Assim, nestas demonstrações financeiras individuais foram considerados nos capitais próprios em 30 de Junho de 2004 e no resultado líquido do semestre findo nessa data, o efeito da consolidação dos capitais próprios e dos resultados das empresas participadas, com base nas respectivas demonstrações financeiras, mas não o efeito da consolidação integral a nível de activos, passivos, custos e proveitos, e que consiste em aumentar os activos e os passivos (excluindo os interesses minoritários) em aproximadamente 6,1 mil milhões de euros e 5,5 mil milhões de euros, respectivamente, e em aumentar os custos e os proveitos em aproximadamente 2,8 mil milhões de euros.

3. Bases de Apresentação e Principais Critérios Valorimétricos Utilizados

As demonstrações financeiras encontram-se elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos definidos no Plano Oficial de Contabilidade (POC) e demais legislação portuguesa, tendo a sua preparação obedecido à convenção dos custos históricos (modificada pela reavaliação das imobilizações corpóreas), em conformidade com os princípios contabilísticos da prudência, da continuidade, da especialização dos exercícios, da consistência, da materialidade e da substância sobre a forma. Supletivamente são aplicadas as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS" ou "NIC"), sempre que as mesmas se mostrarem mais adequadas à realidade da Portugal Telecom.

As notas deste anexo seguem a numeração definida no POC para apresentação de demonstrações financeiras individuais. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não se considera relevante para a leitura das demonstrações financeiras individuais.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras individuais são os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas são constituídas essencialmente por trespasses decorrentes de aquisições de partes de capital em empresas do grupo e associadas (*goodwill*) e são amortizados de acordo com os critérios indicados na Nota 9.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição (adicionado das despesas imputáveis à compra) e são amortizadas de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, a partir do mês de início de utilização dos bens ou da sua entrada em funcionamento.

As taxas de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	3 – 8
Outras imobilizações corpóreas	3 – 8
c) Investimentos financeiros	

Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição. A diferença entre o custo de aquisição e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, à data de aquisição, é registada como *trespasso (goodwill)* na rubrica "Imobilizações incorpóreas", caso a diferença seja positiva, ou em capitais próprios, na rubrica "Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas", caso a diferença seja negativa.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos ou em outras variações nos capitais próprios das empresas do grupo e associadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do período ou de ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas, respectivamente. Os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros. Adicionalmente, as responsabilidades da Empresa decorrentes de empresas participadas com capitais próprios negativos são registadas na rubrica de provisões para outros riscos e encargos (Nota 34).

Os ganhos ou perdas financeiros decorrentes de operações de aumento de capital em empresas do grupo e associadas, não subscritas pela Empresa, bem como os decorrentes de outras operações que originem alterações nas percentagens de participação naquelas empresas, são registados na demonstração de resultados do período em que ocorrem.

As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efectuadas dentro do Grupo, são diferidas ou anuladas até ao momento da sua alienação a terceiros. No caso de anulação das mais-valias, o efeito dessa anulação é registado em resultados financeiros na rubrica "Perdas em empresas do grupo e associadas".

As prestações acessórias e os empréstimos de financiamento concedidos a empresas do grupo e associadas são registados ao valor nominal.

Os investimentos financeiros noutras empresas (participações inferiores a 20%) encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao valor nominal, para o caso dos empréstimos concedidos, diminuídos por provisões para perdas estimadas, quando se antecipa a existência de perdas de valor desses investimentos financeiros.

d) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos segundo contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, encontram-se reflectidos no balanço, sendo amortizados de acordo com as vidas úteis referidas na Nota 3.b). As rendas relativas aos contratos de locação financeira são registadas como redução daquelas responsabilidades, na componente de capital, e como custos financeiros, na componente de juros (Nota 15).

e) Especialização dos exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas ou incorridas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

f) Classificação do balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço são classificados, respectivamente, no activo e no passivo a médio e longo prazo.

g) Férias e subsídios de férias e Natal

Os encargos com férias e subsídios de férias e Natal, e correspondentes encargos patronais, são registados como custo do período em que os empregados adquirem o direito ao seu recebimento. Em consequência, as responsabilidades com férias, subsídio de férias e Natal e correspondentes encargos vencidos e não pagos à data do balanço, foram estimados e incluídos na rubrica "Acréscimos de custos" (Nota 52).

h) Impostos sobre o rendimento

Desde o exercício de 2000, a Portugal Telecom encontra-se abrangida pelo regime de tributação pelo lucro consolidado (actualmente designado por regime especial de tributação de grupos de sociedades), o qual abrange todas as empresas em que participa, directa ou indirectamente, em pelo menos 90% do respectivo capital e que, simultaneamente, são residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). O eventual ganho gerado pela adopção deste regime é registado em resultados do período na rubrica "Ganhos em empresas do grupo e associadas" (Nota 45 d)).

As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo regime especial de tributação de grupos de sociedades, são tributadas individualmente, com base nas respectivas matérias colectáveis e nas taxas de imposto aplicáveis.

O imposto sobre o rendimento do período é apurado de acordo com o preconizado pela Directriz Contabilística n.º 28. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do período, para além do imposto corrente, calculado em termos consolidados para o universo de empresas do Grupo abrangidas por esse regime, foram também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados antes de impostos e o lucro tributável, originadas no período ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data do balanço.

Tal como estabelecido na referida Directriz, são reconhecidos activos por impostos diferidos apenas quando exista razoável segurança de que tais impostos diferidos activos poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo exercício em que os impostos diferidos activos sejam revertidos.

Não estão a ser registadas eventuais diferenças tributárias resultantes da amortização do *goodwill*, nem de activos ou passivos cujas transacções, no seu reconhecimento inicial, não afectaram nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal.

O montante de imposto a incluir quer no imposto corrente, quer no imposto diferido, que resulte de transacções ou eventos reconhecidos directamente em reservas ou resultados transitados, é registado directamente nestas mesmas rubricas, não afectando o resultado do período.

À data a que se reporta o balanço, os impostos diferidos são actualizados por alterações na taxa de tributação que se espera vir a estar em vigor à data da sua reversão, bem como por outras eventuais alterações da legislação fiscal relevante.

i) Títulos negociáveis e outras aplicações de tesouraria

Os títulos negociáveis e as outras aplicações de tesouraria (constituídas por aplicações de tesouraria de curto prazo) encontram-se registados ao mais baixo do custo de aquisição ou do valor de mercado.

j) Saldos e transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira, para os quais não há acordos de fixação de câmbio, foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, que resultam da comparação entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados, excepto no que respeita

às diferenças de câmbio provenientes da conversão cambial de saldos intra-grupo de médio e longo prazo em moeda estrangeira, que na prática se constituam como uma extensão dos investimentos financeiros, as quais são registadas na rubrica "Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas", tal como preconizado na NIC N°. 21.

Para efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial, a conversão de demonstrações financeiras de empresas do grupo e associadas expressas em moeda estrangeira é efectuada considerando as seguintes taxas de câmbio:

- taxa de câmbio vigente à data do balanço, para a conversão dos activos e passivos;
- taxa de câmbio média do período, para a conversão da demonstração de resultados;
- taxas de câmbio históricas, para a conversão das rubricas do capital próprio.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para Euros de demonstrações financeiras de empresas do grupo e associadas expressas em moeda estrangeira foram incluídas no capital próprio na rubrica "Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas".

I) Instrumentos financeiros e gestão de risco

Os instrumentos financeiros incluem essencialmente operações de *swap* de taxa de juro e de taxa de câmbio sobre empréstimos, para reduzir o risco de alterações destas taxas, na prossecução da política de cobertura da exposição a evoluções na taxa de juro e de cobertura de passivos em moeda estrangeira. Com este último objectivo, são igualmente contratadas operações de *forward* e opções cambiais (Nota 54).

Os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos derivados que estejam a cobrir os riscos acima mencionados de determinados activos ou passivos, são registadas em resultados de forma simétrica às perdas e ganhos associados aos activos ou passivos relacionados. Caso os instrumentos derivados não estejam a reduzir os riscos definidos, ou não estejam relacionados com nenhum risco específico, os mesmos são registados ao seu *fair value* na data do balanço, sendo os ganhos e perdas decorrentes da variação de valor ao longo do tempo, registados em resultados.

Os prémios recebidos ou pagos bem como os encargos com estas operações são reconhecidos durante o período de vigência das mesmas.

4. Cotações Utilizadas para Conversão de saldos em Moeda Estrangeira

Em 30 de Junho de 2004, os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros com base nas seguintes taxas de câmbio de tais moedas relativamente ao Euro, divulgadas pelo Banco de Portugal:

Designação	Código	Cotação
Dólar Americano	USD	1,2155
Franco Suíço	CHF	1,5242
Libra Esterlina	GBP	0,6707
Real Brasileiro	BRL	3,7839

6. Impostos e Taxas

- (a) A Empresa encontra-se sujeita a imposto sobre o rendimento em sede de IRC, à taxa normal de 25%, acrescida de Derrama à taxa de 10%, resultando numa taxa de imposto agregada de 27,5%.

No semestre findo em 30 de Junho de 2004, a matéria colectável da Empresa foi estimada de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades ("consolidação fiscal"), abrangendo as seguintes empresas participadas: PT Comunicações, S.A. ("PT Comunicações"); TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A. ("TMN"); PT Contact – Telemarketing e Serviços de Informação, S.A.; Regiforum – Empreendimentos Comerciais e Culturais, Lda.; Simarc – Promoções Imobiliárias, S.A. ("Simarc"); PT Ventures, SGPS, S.A. ("PT Ventures"); PT Inovação, S.A. ("PT Inovação"); Telemática – Consultores de Telecomunicações e Informática, Lda.; Directel – Listas Telefónicas Internacionais, Lda.; PT Prime, SGPS, S.A. ("PT Prime SGPS"); Tradecom, SGPS, S.A.; PT Móveis, SGPS, S.A. ("PT Móveis"); PT Pro - Serviços Administrativos e de Gestão Partilhados, S.A. ("PT Pro"); PT Meios – Serviços de Publicidade e Marketing, S.A. ("PT Meios"); PT Sistemas de Informação, S.A. ("PT SI"); PT Compras - Serviços de Consultoria e Negociação, S.A. ("PT Compras"); PT Corporate - Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A. ("PT Corporate"); e PT Acessos de Internet Wi-Fi, S.A. ("PT Wi-Fi").

- (b) De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social, sendo que para as quotizações e contribuições relativas a exercícios anteriores a 2001 o prazo era de dez anos). O Conselho de Administração da Empresa, suportado nas informações dos seus serviços de assessoria fiscal, entende que eventuais revisões e correcções dessas declarações fiscais não terão um

efeito significativo nas demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2004, considerando as provisões constituídas e as expectativas de resolução das situações existentes à presente data.

- (c) Em sede de Imposto Sobre o Valor Acrescentado ("IVA"), a Empresa utiliza o método da afectação real e da percentagem de dedução para a determinação do imposto a deduzir.
- (d) Em consequência da adopção da política contabilística de reconhecimento de impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e o fiscal, em 30 de Junho de 2004 foram reconhecidos activos e passivos por impostos diferidos nos montantes de, respectivamente, € 471 541 466 e € 274 087 741, sendo o seguinte o detalhe dos seus saldos e dos movimentos ocorridos no período findo naquela data:

	Saldo inicial	Aumentos / (Reduções)			Saldo final
		Utilização do Crédito Fiscal (i)	Resultado Líquido	Outros Movimentos	
Activos por impostos diferidos					
Provisões	8 309 333	-	(2 856 949)	(2 356 902)	3 095 482
Prejuízos fiscais reportáveis (ii)	554 305 808	(109 928 543)	-	3 769 859	448 147 124
Instrumentos financeiros	10 815 788	-	(906 290)	-	9 909 498
Outros	7 238 312	-	794 148	2 356 902	10 389 362
	580 669 241	(109 928 543)	(2 969 091)	3 769 859	471 541 466
Passivos por impostos diferidos					
Mais-valias fiscais com tributação suspensa	280 402 021	-	(12 610 960)	-	267 791 061
Outros	6 296 680	-	-	-	6 296 680
	286 698 701	-	(12 610 960)	-	274 087 741
		109 928 543	(9 641 869)	(3 769 859)	

- (i) Este montante refere-se à utilização dos prejuízos fiscais gerados em exercícios anteriores, como segue:

Imposto corrente do consolidado fiscal da Portugal Telecom:

Resultado do período das subsidiárias (Nota 16)	119 596 807
Resultado do período da Portugal Telecom	(9 621 109)
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Nota 40)	3 189 711
Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 45.d))	(3 236 866)
	109 928 543

- (ii) Os outros movimentos ocorridos nesta rubrica incluem: (a) as deduções à colecta apuradas por participadas incluídas no consolidado fiscal da Portugal Telecom, as quais no entanto só poderão ser efectivamente utilizadas quando se proceder ao apuramento de colecta; e (b) a insuficiência líquida de estimativa de IRC de 2003 apurada no consolidado fiscal da Portugal Telecom, a qual inclui uma insuficiência de € 6 189 346 (Nota 46) apurada pela Portugal Telecom individualmente.

A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e o imposto sobre o rendimento registado na demonstração dos resultados, é como segue:

Resultados antes de impostos	303 255 261
Taxa nominal de imposto	27,5%
Imposto esperado	<u>83 395 197</u>
Diferenças permanentes (a)	(90 092 483)
Ajustamentos à colecta	45 268
Reposição do imposto diferido relativo a mais-valias suspensas (b)	<u>(12 610 960)</u>
	<u>(19 262 978)</u>
Taxa efectiva de imposto	<u><u>-6,35%</u></u>

O imposto sobre o rendimento tem a seguinte composição:

Imposto corrente	(9 621 109)
Imposto diferido	(9 641 869)
	<u><u>(19 262 978)</u></u>

(a) As diferenças permanentes apresentam a seguinte composição:

Amortização do <i>goodwill</i> (Nota 45.c)	13 424 917
Aplicação do método da equivalência patrimonial (Nota 45.b) e d)	(348 968 508)
Insuficiência de estimativa de imposto (Nota 46)	6 189 346
Outras	<u>1 745 216</u>
	<u>(327 609 029)</u>
Taxa nominal de imposto	<u><u>27,5%</u></u>
	<u><u>(90 092 483)</u></u>

(b) Este montante refere-se ao efeito da reversão do imposto diferido passivo sobre determinadas mais-valias geradas em anos anteriores e que se encontravam sujeitas ao regime de reinvestimento, em resultado de a Empresa ter optado por proceder à tributação voluntária das mesmas, conforme permitido pela legislação fiscal em vigor. Este facto originou uma insuficiência na estimativa de imposto sobre o rendimento de 2003 da Portugal Telecom correspondente a 50% da tributação sobre essas mais-valias, no montante de € 6 305 480.

7. Número Médio de Pessoal

No semestre findo em 30 Junho de 2004, o número médio de pessoal ao serviço da Empresa, que em grande parte é cedido por empresas do grupo, é o seguinte:

Pessoal da Portugal Telecom:

Efectivos	87
Contratados a termo certo	6

Pessoal cedido por empresas do Grupo:

PT Comunicações	140
Outras empresas	3
	<u><u>236</u></u>

As responsabilidades com pensões de reforma relativas a empregados cedidos por outras empresas do grupo foram assumidas directamente pelas empresas cedentes, sendo o respectivo custo debitado à Portugal Telecom e incluído na rubrica "Custos com o pessoal".

9. Amortizações de Trespasses

Em 30 de Junho de 2004, a rubrica de trespasses (*goodwill*) tem a seguinte composição (Nota 10.a.):

	Valor bruto	Amortização Acumulada	Valor líquido
PT-Multimédia - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. ("PT Multimédia")	199 585 520	27 927 208	171 658 312
PT.com - Comunicações Interactivas, S.A. ("PT.com")	173 465 618	15 178 242	158 287 376
Páginas Amarelas, S.A. ("Páginas Amarelas")	89 338 063	7 817 081	81 520 982
PT Prime - Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A. ("PT Prime")	33 817 393	2 536 304	31 281 089
Lusomundo Serviços, SGPS, SA ("Lusomundo Serviços")	8 465 045	634 878	7 830 167
PT-Sistemas de Informação, S.A. ("PT SI")	8 081 262	5 640 640	2 440 622
	<u><u>512 752 901</u></u>	<u><u>59 734 353</u></u>	<u><u>453 018 548</u></u>

O *goodwill* decorrente das aquisições de investimentos financeiros é amortizado pelo método das quotas constantes no período esperado de recuperação do investimento, no máximo de 20 anos.

10. Activo Imobilizado

a) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

Os movimentos ocorridos no semestre findo em 30 de Junho de 2004 no valor de custo das imobilizações incorpóreas e corpóreas, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, são os seguintes:

Imobilizado bruto				
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções / Ajustamentos	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	51 040 430	-	-	51 040 430
Despesas de investigação e desenvolvimento	1 643 610	592 565	402 674	2 638 849
Propriedade industrial e outros direitos	269 035	-	978	270 013
Trespasses (Nota 9 e 10 b))	512 752 901	-	-	512 752 901
Imobilizações incorpóreas em curso	403 652	-	(403 652)	-
	<u>566 109 628</u>	<u>592 565</u>	<u>-</u>	<u>566 702 193</u>
Imobilizações corpóreas:				
Equipamento de transporte	2 915 001	106 555	(267 997)	2 753 559
Ferramentas e utensílios	574	-	-	574
Equipamento administrativo	2 740 983	144 939	(6 082)	2 879 840
Outras imobilizações corpóreas	904 375	173 291	-	1 077 666
	<u>6 560 933</u>	<u>424 785</u>	<u>(274 079)</u>	<u>6 711 639</u>
Amortizações acumuladas				
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções / Ajustamentos	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	51 040 430	-	-	51 040 430
Despesas de investigação e desenvolvimento	267 668	433 845	-	701 513
Propriedade industrial e outros direitos	52 278	45 002	-	97 280
Trespasses (Notas 9 e 45)	46 309 436	13 424 917	-	59 734 353
	<u>97 669 812</u>	<u>13 903 764</u>	<u>-</u>	<u>111 573 576</u>
Imobilizações corpóreas:				
Equipamento de transporte	1 242 734	304 414	(203 059)	1 344 089
Ferramentas e utensílios	407	72	-	479
Equipamento administrativo	636 865	324 243	(1 813)	959 295
Outras imobilizações corpóreas	44 743	22 698	-	67 441
	<u>1 924 749</u>	<u>651 427</u>	<u>(204 872)</u>	<u>2 371 304</u>

b) Investimentos financeiros

Os movimentos ocorridos no semestre findo em 30 de Junho de 2004 nas rubricas de investimentos financeiros, foram os seguintes :

	Saldo inicial	Aplicação da equivalência patrimonial (i)	Distribuição de dividendos (ii)	Aumentos (iii)	Ajustamentos / Transferências (iv)	Reduções (v)	Saldo final (Nota 16)
Partes de capital em empresas do grupo	2 042 874 061	297 006 776	(291 238 610)	3 147 561	(718 373 762)	-	1 333 416 026
Empréstimos a empresas do grupo	1 933 801 710	-	-	750 580 000	-	(159 731 347)	2 524 650 363
Partes de capital em empresas associadas	13 571 743	762 038	(1 792 990)	-	(1 531 863)	-	11 008 928
Empréstimos a empresas associadas	118 313 837	-	-	762 895	3 286 844	-	122 363 576
Partes de capital em outras empresas	58 798 730	-	-	6 960 000	-	-	65 758 730
Outros empréstimos concedidos	3 572 662	-	-	-	-	-	3 572 662
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	-	-	-	10 327 105	-	-	10 327 105
	4 170 932 743	297 768 814	(293 031 600)	771 777 561	(716 618 781)	(159 731 347)	4 071 097 390

(i) Os movimentos em investimentos financeiros resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial foram registados por contrapartida das seguintes rubricas:

Aumentos:

Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 45 d)) 366 614 646

Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Nota 40) 43 393

Diminuições:

Perdas em empresas do grupo e associadas (Nota 45 b)) (6 307 372)

Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Nota 40) (62 581 853)

297 768 814

(ii) Os dividendos atribuídos por empresas do grupo, associadas e outras, têm a seguinte composição:

TMN (Nota 56.b))	228 824 754
PT Comunicações (Nota 56.b))	49 037 901
PT Multimédia (Nota 56.b))	7 224 388
PT Inovação (Nota 16)	3 331 411
PT Prime (Nota 56.b))	2 705 320
Páginas Amarelas (Nota 56.b))	1 792 990
Previsão - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. ("Previsão") (Nota 56.b))	114 836
	293 031 600

-
- (iii) Os aumentos ocorridos na rubrica "Partes de capital em empresas do grupo", têm a seguinte composição:

Aquisição de acções da Previsão (a)	2 147 561
Constituição da PT Investimentos Internacionais, S.A. ("PT II") (Nota 56.c))	1 000 000
	<hr/>
	3 147 561

- (a) Este montante inclui € 1 906 641 (Nota 56.c)) relativo ao pagamento da aquisição de 46,56% do capital social da Previsão e € 240 920 relativo à subscrição de um aumento de capital na Previsão, o qual ainda não foi realizado.

O aumento ocorrido na rubrica de "Partes de capital em outras empresas", resulta da compra em bolsa de 1,93% do capital da Média Capital, SGPS, S.A. ("Media Capital") (Nota 56.c)).

Os aumentos nas rubricas de "Empréstimos a empresas do grupo" e "Empréstimos a empresas associadas", ocorreram relativamente às seguintes empresas:

Empréstimos a empresas do grupo:

PT Comunicações (Nota 56.c))	520 000 000
TMN (Nota 56.c))	200 000 000
PT Pro (Nota 56.c))	22 595 000
PT Compras (Nota 56.c))	3 900 000
PT Wi-Fi (Nota 56.c))	1 085 000
Outros	<hr/> 3 000 000
	<hr/> 750 580 000

Empréstimos a empresas associadas:

Web-Lab, SGPS, S.A. ("Web-Lab") (Nota 56.c))	761 257
SESI - Sociedade Ensino Superior e Investigação, S.A. ("SESI")	<hr/> 1 638
	<hr/> 762 895

O aumento ocorrido na rubrica "Adiantamentos por conta de Investimentos Financeiros" refere-se a um adiantamento efectuado para um futuro aumento de capital da Brasilcel (Nota 56.c)).

- (iv) Os ajustamentos/transferências ocorridos na rubrica "Partes de capital em empresas do grupo" incluem essencialmente a distribuição de reservas à PT SGPS por parte da PT Comunicações e da TMN, nos montantes de € 520 000 000 e € 200 000 000, respectivamente (Notas 16 e 56.b)).

O ajustamento/ transferência ocorrido na rubrica "Partes de capital em empresas associadas" respeita à reclassificação para a rubrica "Partes de capital em empresas do grupo", do valor da participação financeira na Previsão em 31 de Dezembro de 2003, em resultado de a Portugal

Telecom ter passado a deter uma posição de controlo nesta empresa após a aquisição de 46,56% do seu capital social ocorrida neste semestre.

O ajustamento/transferência ocorrido na rubrica “Empréstimos a empresas associadas” refere-se à actualização cambial das Debentures UOL.

- (v) As reduções ocorridas na rubrica “Empréstimos a empresas do grupo” referem-se essencialmente ao reembolso dos empréstimos concedidos à PT Comunicações e à PT Prime, nos montantes de € 122 984 580 (Nota 56.a)) e € 28 556 900 (Nota 56.b)), respectivamente.

c) Recuperabilidade dos investimentos financeiros

A Portugal Telecom, suportada nos planos de negócios das empresas participadas e nos resultados previsionais aí considerados, entende que em 30 de Junho de 2004 o valor contabilístico dos seus investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas (incluindo o valor do *goodwill*, líquido de amortizações acumuladas) não é superior ao respectivo valor estimado de realização (*Fair Value*). Ainda assim, em 30 de Junho de 2004 a Portugal Telecom mantém registada uma provisão para *impairments*, no montante de € 38 197 485 (Nota 34 b), que se considera adequada para cobrir eventuais perdas no valor de realização de determinados investimentos financeiros, resultantes da evolução desses negócios no futuro.

15. Locação Financeira

Em 30 de Junho de 2004 a Empresa dispunha de equipamento de transporte em regime de locação financeira, sendo as suas responsabilidades como locatária, relativas a rendas vincendas, as seguintes:

	<u>Capital</u>	<u>Juros</u>	<u>Total</u>
2004 (segundo semestre)	442 730	22 127	464 857
2005 (primeiro semestre)	268 597	16 143	284 740
2005 (segundo semestre)	244 259	10 857	255 116
2006	394 815	8 801	403 616
2007	131 713	1 769	133 482
2008	12 569	69	12 638
	<u>1 494 683</u>	<u>59 766</u>	<u>1 554 449</u>

16. Empresas do Grupo e Associadas

Em 30 de Junho de 2004, a principal informação financeira respeitante às empresas do grupo, era como segue:

Denominação		Sede	Capitais Próprios	Resultado líquido	Percentagem de participação	Valor da participação (Nota 10)	Provisão (Nota 34)
PT Comunicações	(a)	Rua Andrade Corvo, 14	1 489 046 050	181 548 140	100,00%	540 079 859	-
TMN	(b)	Av. Álvaro Pais, n.º 2 1649-041 Lisboa	418 010 224	135 682 001	100,00%	141 121 177	-
PT Prime		Av. Fontes Pereira de Melo, 40	41 233 889	2 048 863	100,00%	41 233 889	-
PT Prime SGPS	(c)	R. Entrecampos, n.º 28 - Lisboa	(121 255 907)	(2 020 056)	100,00%	-	(366 475 452)
PT Ventures	(d)	Av. Álvaro Pais, n.º 2 - Lisboa	73 296 778	8 533 997	100,00%	-	(170 537 600)
Portugal Telecom Brasil, SA ("PT Brasil")		Av. Brigadeiro Faria de Lima, 2277 – 5º CEP- 01452-000 S. Paulo Brasil	35 326 269	(5 127 399)	99,95%	35 308 950	-
Portugal Telecom Ásia, Lda. ("PT Ásia")		Rua Pedro José Lobo, 1-3 Macau	(4 602 960)	(187 368)	95,92%	-	(4 415 159)
PT Inovação	(e)	R. Engº José Ferreira Pinto Basto - Aveiro	13 289 259	1 598 727	100,00%	10 795 270	-
Portugal Telecom North America, Inc.	(f)	1615 L Street N.W. Suite 230 Washington Dc 20036 USA	127 501	-	100,00%	127 501	-
PT SI	(g)	Urb. Tagusparque – Parque da Ciência e Tecnologia de Oeiras, Lote 35 – Porto salvo- Oeiras	12 186 452	(159 778)	99,80%	656 167	-
Portugal Telecom Europa, S.P.R.L.	(h)	Blue Tower – 324 – Av. Louise, BTE 16º floor- Bélgica – 1050 Bruxelas	171 656	-	98,67%	169 373	-
PT Multimédia		Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 40 - Lisboa	409 471 716	30 585 347	57,56%	235 678 812	-
PT Pro	(i)	R. Entrecampos , n.º 28 - Lisboa	(2 678 885)	(5 241 798)	100,00%	-	(14 264 797)
PT.com	(j)	Av. 5 de Outubro, n.º 208, 12º - Lisboa	(306 914 122)	(9 675 164)	100,00%	-	(343 095 250)
PT Wi-Fi		Av. Fontes Pereira de Melo, 40	(1 399 728)	(1 446 094)	100,00%	-	(1 399 728)
Lusomundo Media	(k)	Av. da Liberdade, 266	7 975 909	(332 887)	5,94%	230 228	-
Simarc		R. Tenente Espanca, n.º 35 - Lisboa	29 647 959	(483 006)	100,00%	29 647 959	-
Previsão		Av. Republica, 50, 6º	4 178 746	(528 067)	78,12%	3 264 436	-
Portugal Telecom International Finance BV ("PT Finance BV")		Strawinskyalaan 3105, 7º floor- Amsterdam	294 160 128	27 371 296	100,00%	294 160 128	-
PT Meios		Av. Fontes Pereira de Melo, 40 – Lisboa	(3 068 266)	(1 009 963)	100,00%	-	(3 068 266)
PT Compras	(l)	Av. Fontes Pereira de Melo, 40 – Lisboa	(3 151 800)	(2 586 745)	100,00%	-	(7 051 800)
PT Corporate		Av. Fontes Pereira de Melo, 40 – Lisboa	(1 026 843)	(1 000 086)	100,00%	-	(1 026 843)
PT II		Av. Fontes Pereira de Melo, 40	942 277	(57 723)	100,00%	942 277	-
						1 333 416 026	(911 334 895)

- (a) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de € 948 966 191.
- (b) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de € 276 889 047.
- (c) A rubrica capitais próprios inclui prestações suplementares no montante de € 245 219 545. Na aplicação da equivalência patrimonial a esta participada é anulada uma mais-valia gerada em 2002 na alienação da Mega-Média para a PT-SI.

-
- (d) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de € 243 834 378.
- (e) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de € 2 493 989.
- (f) Deixou de ser aplicado o método da equivalência patrimonial porque existe a intenção de dissolver/liquidar a empresa.
- (g) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de € 11 528 970.
- (h) As últimas demonstrações financeiras disponíveis relativamente a esta participada reportam a 31 de Dezembro de 2001.
- (i) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de € 11 585 912.
- (j) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de € 36 181 128.
- (k) A Portugal Telecom detém adicionalmente uma participação indirecta na Lusomundo Media de 43%, pelo que foi aplicado o método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de € 4 100 000 efectuados por outro accionista.
- (l) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 3 900 000.

Em 30 de Junho de 2004, as partes de capital em empresas associadas e outras têm a seguinte composição :

Partes de capital em empresas associadas e outras:

BES - Banco Espírito Santo, S.A.	55 300 000
Web-Lab	8 192 526
Media Capital	6 960 000
Páginas Amarelas	2 317 604
Inesc	1 995 192
Outras	2 002 336
	<hr/>
Provisão para investimentos financeiros (Nota 34)	76 767 658
	<hr/>
	(10 267 718)
	<hr/>
	66 499 940
	<hr/>

Em 30 de Junho de 2004, os empréstimos a empresas do grupo têm a seguinte composição:

Prestações acessórias e suplementares concedidas:

PT Comunicações	948 966 191
TMN	276 889 047
PT Prime SGPS	245 219 545
PT Ventures	243 834 378
PT.com	36 181 128
PT Pro	11 585 912
PT SI	11 528 970
PT Compras (Nota 56.c))	3 900 000
PT Inovação	2 493 989
	<hr/>
	1 780 599 160

Empréstimos de financiamento:

PT.com	285 537 978
PT Comunicações (a)	204 998 972
PT Prime SGPS	90 876 683
PT Multimédia	67 257 261
PT Pro	29 445 000
PT Ventures	28 397 769
PT Inovação	16 839 542
Ptelecom Brasil	6 730 052
PT Ásia	5 201 546
Mobitel - Telecomunicações, S.A. ("Mobitel")	4 181 400
PT SI	3 000 000
PT Wi-Fi (Nota 56.c))	1 085 000
PT Brasil	500 000
	<hr/>
	744 051 203
	<hr/>
	2 524 650 363

- (a) A Empresa concedeu um empréstimo à PT Comunicações, aquando da sua constituição, no montante de € 715 925 338, relacionado com o financiamento das infra-estruturas que constituem a rede básica de telecomunicações. Este empréstimo vence juros a uma taxa de juro anual fixa de 4%. Durante o primeiro semestre de 2004, a PT Comunicações reembolsou o montante de € 193 969 251 (Nota 56.a)), tendo a Empresa registado em proveitos financeiros um montante de € 6 548 990 (Nota 45 e)) referente aos juros relativos a este empréstimo. Em 30 de Junho de 2004, o saldo em dívida tem o seguinte plano de reembolso:

2007	50 122 226
2008	43 977 348
2009	110 899 398
	<hr/>
	204 998 972

Em 30 de Junho de 2004, os empréstimos concedidos a empresas associadas e outras empresas, têm a seguinte composição:

UOL, Inc ("UOL")	87 395 451
Sportinvest	29 318 668
Web-Lab	5 647 819
Inesc	3 292 066
Outras empresas	282 234
	<hr/>
Provisão para investimentos financeiros (Nota 34)	125 936 238
	<hr/>
	(13 672 122)
	<hr/>
	112 264 116
	<hr/>

Em 30 de Junho de 2004, as contas a receber de curto prazo de empresas do Grupo, têm o seguinte detalhe:

Empréstimos concedidos:

TMN (Nota 56.b))	85 000 000
PT Prime (Nota 56.b))	29 354 145
PT Meios (Nota 56.c))	2 130 000
PT Compras (Nota 56.c))	1 110 000
	<hr/>
	117 594 145
	<hr/>
Valor a receber das empresas do Grupo por efeito da consolidação fiscal (a)	118 507 870

Lucros disponíveis

PT Inovação (Nota 10.b))	3 331 411
	<hr/>

Outros valores a receber relativos a operações correntes:

PT Prime SGPS	35 088 268
Telesp Celular, S.A. ("Telesp Celular")	19 193 819
PT.com	14 523 180
PT Ventures	11 595 997
PT Comunicações	9 281 624
Telesp Celular Participações, S.A. ("TCP")	7 915 924
PT Ásia	6 812 513
TMN	5 347 892
PT Multimédia	4 265 885
Brasilcel	3 296 608
Ptelecom Brasil	3 053 935
PT Compras	920 103
Fundação PT	793 248
PT Pro	685 283
Outros	2 340 516
	<hr/>
	125 114 795
	<hr/>
	364 548 221

(a) Este valor corresponde à colecta de IRC apurada pelas empresas incluídas no consolidado fiscal, no montante de € 119 596 807 (Nota 6), líquido dos pagamentos por conta efectuados à Portugal Telecom, no montante de € 1 088 937.

Em 30 de Junho de 2004, as contas a pagar de curto prazo a empresas do Grupo, têm o seguinte detalhe:

Empréstimos obtidos:

PT Comunicações	91 774 820
PT Multimédia	15 000 000
TMN	5 000 000
	<hr/>
	111 774 820

Outros valores a pagar relativos a operações correntes:

PT Comunicações	4 957 103
PT Inovação	4 869 374
TMN	1 808 208
PT Pro	311 979
TV Cabo Portugal	110 983
Outros	359 760
	<hr/>
	12 417 407
	<hr/>
	124 192 227

18. Garantias Prestadas a Empresas Participadas

Em 30 de Junho de 2004, a Empresa tinha prestado cartas conforto a favor de terceiros relativas às seguintes situações:

- Emissão de uma carta conforto ao Banco Comercial Português, a favor da Mobitel, para obtenção de uma linha de crédito no montante de 15 milhões de dólares americanos, a qual à data de 30 de Junho de 2004 apresentava uma utilização de 9 841 561 dólares americanos, correspondente a € 8 096 718.
- Emissão de uma carta conforto ao Banco Citibank, S.A., a favor da TCP, tendo em vista a concretização de operações de cobertura de risco de taxa de câmbio e de taxa de juro, com um valor de capital equivalente a € 366 462 900.
- Emissão de uma carta conforto ao Banco Citibank, S.A., a favor da Telesp Celular, tendo em vista a concretização de operações de cobertura de risco de taxa de câmbio e de taxa de juro, com um valor de capital equivalente a € 44 435 340.
- Emissão de uma carta de conforto ao Banco Crédito Predial Português, S.A., a favor da Simarc, relativamente a uma garantia bancária até ao limite de € 423 895.

19. Valores de Mercado do Activo Circulante

Em 30 de Junho de 2004, não havia diferenças significativas nos valores das rubricas do activo circulante, calculadas de acordo com os critérios valorimétricos adoptados pela Empresa (Nota 3) e o respectivo valor de mercado, que não estivessem cobertas pelas provisões constituídas.

29. Dívidas a Terceiros a mais de Cinco Anos

Em 30 de Junho de 2004, as dívidas a terceiros com vencimento a mais de cinco anos ascendem a € 265 722 135 (Nota 48.f)).

34. Movimentos Ocorridos nas Provisões

Os movimentos ocorridos no semestre findo em 30 de Junho de 2004 nas rubricas de provisões, foram os seguintes:

	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Variações cambiais	Saldo final
Provisões para investimentos financeiros (Nota 16)	<u>24 367 102</u>	<u>80 000</u>	<u>(700 000)</u>	<u>192 738</u>	<u>23 939 840</u>
Provisões para riscos e encargos:					
Provisão para impostos	<u>9 257 744</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9 257 744</u>
Outras provisões para riscos e encargos:					
Perdas em investimentos financeiros (Nota 16) (a)	897 760 025	24 035 704	(10 460 834)	-	911 334 895
Outros riscos e encargos (b)	<u>59 142 690</u>	<u>-</u>	<u>(9 768 905)</u>	<u>-</u>	<u>49 373 785</u>
	<u>956 902 715</u>	<u>24 035 704</u>	<u>(20 229 739)</u>	<u>-</u>	<u>960 708 680</u>
	<u>966 160 459</u>	<u>24 035 704</u>	<u>(20 229 739)</u>	<u>-</u>	<u>969 966 424</u>

-
- (a) A provisão para perdas em investimentos financeiros resulta da aplicação do método da equivalência patrimonial, reflectindo os capitais próprios negativos de empresas do grupo e associadas. Os movimentos nesta provisão durante o primeiro semestre de 2004 foram registados por contrapartida das seguintes rubricas:

Aumentos:

Perdas em empresas do grupo e associadas (Nota 45)	23 109 629
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Nota 40)	926 075
	<hr/>
	24 035 704

Reduções:

Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 45)	8 533 997
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Nota 40)	1 926 837
	<hr/>
	10 460 834

- (b) A provisão para outros riscos e encargos tem a seguinte composição:

<i>Impairments</i> (Nota 10.c)) (i)	38 197 485
Instrumentos financeiros (Nota 54)	11 176 300
	<hr/>
	49 373 785

- (i) Esta provisão destina-se essencialmente a fazer face a riscos inerentes à actividade das empresas participadas, que podem resultar em perdas no valor de realização desses investimentos financeiros. A Portugal Telecom considera que esta provisão é adequada para cobrir essas eventuais perdas (Nota 10.c)).

36. Composição do Capital

Em 30 de Junho de 2004, o capital da Empresa ascendia a € 1 254 285 000 (Nota 40) e estava representado por 1 254 284 500 acções ordinárias e 500 acções de Categoria A.

As acções de Categoria A são detidas na sua totalidade pelo Estado Português e, nos termos dos estatutos da Empresa, conferem direitos especiais que consistem em, por maioria de votos dessas mesmas acções, votar ou vetar determinados actos dos accionistas da Portugal Telecom, incluindo os seguintes:

- Eleição de um terço do número total de administradores, que compreenderá o Presidente do Conselho de Administração;
- Autorização de distribuição de dividendos superiores a 40% dos lucros distribuíveis;
- Aumentos de capital e outras alterações aos estatutos;
- Emissão de obrigações e outros títulos de crédito;

-
- Autorização para que um accionista que exerça, directa ou indirectamente, uma actividade concorrente da Portugal Telecom possa ser titular de Accções Ordinárias representativas de mais de 10% do capital da empresa;
 - Alteração dos objectivos gerais e dos princípios fundamentais das políticas e opções estratégicas da Portugal Telecom, nomeadamente relativas à tecnologia a adoptar, desenvolvimento das redes e prestação de serviço;
 - Definição dos princípios gerais da política de participação em sociedades, incluindo a autorização de aquisições e alienações.

40. Movimentos nas Rubricas de Capital Próprio.

Durante o primeiro semestre de 2004, os movimentos verificados nas rubricas de capital próprio, foram como segue:

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Capital (Nota 36)	1 254 285 000	-	-	1 254 285 000
Acções próprias:				
Valor nominal	(28 644 509)	(25 580 599)	-	(54 225 108)
Descontos e prémios	(181 395 553)	(198 472 086)	-	(379 867 639)
Prémios de emissão de acções	91 704 891	-	-	91 704 891
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	995 031 540	40 317 606	(786 890 377)	248 458 769
Reserva legal	144 184 287	10 040 788	-	154 225 075
Outras reservas	464 893 329	224 052 685	(249 011 624)	439 934 390
Resultados transitados	(39 403 169)	759 403 169	(86 460 817)	633 539 183
Resultado líquido do exercício/semestre	240 218 936	322 518 239	(240 218 936)	322 518 239
	<u>2 940 874 752</u>	<u>1 132 279 802</u>	<u>(1 362 581 754)</u>	<u>2 710 572 800</u>

Acções Próprias

No semestre findo em 30 de Junho de 2004, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	N.º acções	Variações		
		Valor nominal	Descontos e prémios	Valor
Saldo inicial	28 644 509	28 644 509	181 395 553	210 040 062
Compras	25 580 599	25 580 599	198 472 086	224 052 685
Saldo Final	<u>54 225 108</u>	<u>54 225 108</u>	<u>379 867 639</u>	<u>434 092 747</u>

Prémios de emissão de acções

Os prémios de emissão de acções resultam de ágios obtidos com aumentos de capital. Conforme dispõe a legislação em vigor aplicável às sociedades emitentes de acções admitidas à negociação em mercados regulamentados sujeitos à supervisão da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, os valores englobados nesta rubrica só podem ser utilizados para aumentar o capital ou absorver resultados transitados negativos (sem necessidade de prévia utilização de outras reservas), não podendo ser utilizados para atribuição de dividendos ou para aquisição de acções próprias.

Ajustamentos de Partes de Capital em Filiais e Associadas

A variação verificada nesta rubrica resulta: (i) da diferença, entre os resultados do exercício de 2003 das empresas participadas, que advêm da aplicação do método da equivalência patrimonial, e os resultados distribuídos por essas empresas durante o semestre findo em 30 de Junho de 2004, registada por contrapartida de resultados transitados; (ii) de variações cambiais nos empréstimos intragrupo de médio e longo prazo em moeda estrangeira, que na prática constituem uma extensão dos investimentos financeiros (Nota 3.j)) e respectivo imposto sobre o rendimento (Nota 3.h)); e (iii) de variações nos capitais próprios das empresas do grupo, que não as resultantes do resultado líquido do período e que respeitam fundamentalmente às variações cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das participadas localizadas no Brasil.

Deste modo, o movimento nesta rubrica no primeiro semestre de 2004 pode ser resumido da seguinte forma:

	Variações positivas	Variações negativas	Total
Resultados não atribuídos (a)	34 695 049	-	34 695 049
Variações decorrentes dos empréstimos intragrupo que correspondem a uma extensão dos investimentos financeiros:			
Variações cambiais	3 539 953	(192 738)	3 347 215
Imposto corrente (Nota 6)	-	(3 189 711)	(3 189 711)
Atribuição de reservas pela PT Comunicações e pela TMN	-	(720 000 000)	(720 000 000)
Equivalência patrimonial (b)	1 970 230	(63 507 928)	(61 537 698)
Outros	112 374	-	112 374
	<u>40 317 606</u>	<u>(786 890 377)</u>	<u>(746 572 771)</u>

(a) Os resultados não atribuídos apresentam a seguinte composição:

PT Finance	15 631 633
PT Multimédia	10 454 795
PT Ventures	6 324 862
PT Inovação	1 261 644
PT SI	1 022 115
	<u>34 695 049</u>

(b) Os ajustamentos relacionados com a equivalência patrimonial encontram-se registados por contrapartida das seguintes rubricas:

	Variações positivas	Variações negativas	Total
Investimentos financeiros (Nota 10.b))	43 393	(62 581 853)	(62 538 460)
Provisão para perdas em investimentos financeiros (Notas 3.c) e 34.a))	1 926 837	(926 075)	1 000 762
	<u>1 970 230</u>	<u>(63 507 928)</u>	<u>(61 537 698)</u>

A variação desta rubrica inclui o efeito dos ajustamentos de conversão cambial das demonstrações financeiras de empresas do grupo e associadas localizadas no estrangeiro. O valor líquido dos ajustamentos de conversão cambial ocorridos no primeiro semestre de 2004, referente aos investimentos financeiros no Brasil, ascende a aproximadamente a € 61 milhões.

Reserva Legal

A legislação comercial e os estatutos da Empresa estabelecem que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital.

Outras Reservas

A variação verificada nesta rubrica durante o primeiro semestre de 2004 tem a seguinte composição:

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Reservas livres	254 853 267	-	(249 011 624)	5 841 643
Reserva de acções próprias	210 040 062	224 052 685	-	434 092 747
	<u>464 893 329</u>	<u>224 052 685</u>	<u>(249 011 624)</u>	<u>439 934 390</u>

A rubrica “Reserva de Acções Próprias” corresponde à reserva indisponível exigida pelo Código das Sociedades Comerciais, que deverá ser constituída por valor equivalente ao valor das acções próprias em carteira (incluindo prémios de emissão). No primeiro semestre de 2004, o reforço desta rubrica corresponde ao valor das acções próprias adquiridas no semestre, tendo sido constituído por contrapartida das seguintes rubricas de capitais próprios:

Reservas livres	172 286 917
Resultados transitados	51 765 768
	<u><u>224 052 685</u></u>

No primeiro semestre de 2004, as reduções na rubrica “Reservas livres” têm a seguinte composição:

Transferência para Reservas de Acções Próprias	172 286 917
Distribuição de dividendos (Nota 56.f)	76 724 707
	<u><u>249 011 624</u></u>

Resultados Transitados

As variações ocorridas nesta rubrica durante o primeiro semestre de 2004, resultam dos seguintes movimentos:

	Variações positivas	Variações negativas	Total
Atribuição de Reservas pela PT Comunicações e pela TI	720 000 000	-	720 000 000
Resultados não atribuídos	-	(34 695 049)	(34 695 049)
Cobertura de resultados transitados negativos	39 403 169	-	39 403 169
Reserva de acções próprias	-	(51 765 768)	(51 765 768)
	<u><u>759 403 169</u></u>	<u><u>(86 460 817)</u></u>	<u><u>672 942 352</u></u>

Resultado Líquido

Nos termos aprovados pela Assembleia Geral de 2 de Abril de 2004, o resultado líquido do exercício de 2003, no montante de € 240 218 936, foi aplicado da seguinte forma:

Distribuição Dividendos (Nota 56.f)	190 774 979
Cobertura de resultados transitados negativos	39 403 169
Reserva Legal	10 040 788
	<u><u>240 218 936</u></u>

43. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais

As remunerações auferidas pelos membros dos órgãos sociais nos semestres findos em 30 de Junho de 2004 e 2003, foram as seguintes:

	2004	2003
Conselho de Administração (a)	2 503 933	2 063 805
Conselho Fiscal	24 514	28 385
Assembleia Geral	2 920	4 385
	<u>2 531 367</u>	<u>2 096 575</u>

(a) O incremento desta rubrica está essencialmente associado ao facto de o novo Conselho de Administração, com um número mais alargado de membros, ter iniciado funções apenas a partir de Abril de 2003, bem como ao facto de terem sido efectuadas alterações na orgânica do Conselho, a partir de Janeiro de 2004, em linha com as regras de governança estabelecidas pela Lei Sarbanes-Oxley, que implicaram um aumento dos custos com o funcionamento de certas Comissões na dependência do Conselho.

Para além das remunerações supra indicadas, no primeiro semestre de 2004 foram atribuídos prémios de desempenho aos administradores executivos no montante de € 3 839 750, relativamente à performance de 2003, e no primeiro semestre de 2003 foram atribuídas acções da Portugal Telecom a título de prémios de desempenho, relativamente à performance de 2002, no montante de € 4 438 124.

45. Demonstrações dos Resultados Financeiros

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2004 e de 2003, os resultados financeiros apresentam a seguinte composição:

	2004	2003
Custos e perdas		
Juros suportados (a)	55 522 849	57 105 536
Perdas em empresas do grupo e associadas (b)	29 417 001	14 626 750
Diferenças de câmbio desfavoráveis	603 089	5 478 707
Outros custos e perdas financeiros (c)	20 287 298	39 574 394
	<u>105 830 237</u>	<u>116 785 387</u>
Resultados financeiros	<u>335 589 366</u>	<u>189 725 838</u>
	<u>441 419 603</u>	<u>306 511 225</u>
Proveitos e ganhos		
Ganhos em empresas do grupo e associadas (d)	378 385 509	131 042 695
Juros obtidos (e)	36 525 594	65 061 681
Diferenças de câmbio favoráveis	2 413 236	21 165 331
Rendimentos de participações de capital (f)	1 398 689	1 205 400
Outros proveitos e ganhos financeiros (g)	22 696 575	88 036 118
	<u>441 419 603</u>	<u>306 511 225</u>

-
- (a) No primeiro semestre de 2004, esta rubrica inclui essencialmente juros de empréstimos externos (bancários e papel comercial), no montante de € 41 660 395, juros relativos à emissão de obrigações convertíveis e não convertíveis, no montante de € 10 139 242, e juros de papel comercial interno no montante de € 2 721 479.
- (b) No primeiro semestre de 2004 as perdas em empresas do grupo e associadas, decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial no reconhecimento da quota parte dos resultados líquidos negativos das empresas participadas, são conforme segue:

	Investimentos financeiros (Nota 10)	Provisão para perdas em investimentos financeiros (Nota 34)	Total
PT.com	-	9 675 164	9 675 164
PT Pro	-	5 241 798	5 241 798
PT Brasil	5 124 885	-	5 124 885
PT Compras	-	2 586 745	2 586 745
PT Prime SGPS	-	2 020 056	2 020 056
PT Wi-Fi	50 000	1 396 094	1 446 094
PT Meios	-	1 009 963	1 009 963
PT Corporate	-	1 000 086	1 000 086
Outras	1 132 487	179 723	1 312 210
	6 307 372	23 109 629	29 417 001

- (c) No primeiro semestre de 2004, esta rubrica inclui essencialmente a amortização do *goodwill* em empresas do grupo e associadas, no montante de € 13 424 917 (Notas 10 e 55.e)) e custos com serviços bancários no montante de € 2 988 918.

-
- (d) No primeiro semestre de 2004, os ganhos em empresas do grupo e associadas, decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial no reconhecimento da quota parte nos resultados líquidos positivos das empresas participadas, são conforme segue:

	Investimentos financeiros (Nota 10)	Provisão para perdas em investimentos financeiros (Nota 34)	Total
PT Comunicações	181 548 140	-	181 548 140
TMN	135 682 001	-	135 682 001
PT Finance	27 371 296	-	27 371 296
PT Multimédia	17 603 947	-	17 603 947
PT Ventures	-	8 533 997	8 533 997
PT Prime	2 048 863	-	2 048 863
PT Inovação	1 598 727	-	1 598 727
Outras	761 672	-	761 672
	<u>366 614 646</u>	<u>8 533 997</u>	<u>375 148 643</u>
Efeito da consolidação fiscal (i)			3 236 866
			<u>378 385 509</u>

- (i) Este valor reflecte o efeito da dedução do prejuízo fiscal das empresas participadas abrangidas pelo perímetro de consolidação fiscal da Portugal Telecom (Nota 3.h)).

- (e) No primeiro semestre de 2004, a rubrica “Juros obtidos” apresenta a seguinte composição:

Juros de empréstimos concedidos a empresas do grupo:	
PT Comunicações (Nota 16)	6 548 990
PT. com	3 380 044
PT Prime SGPS	1 138 563
PT Multimédia	1 112 225
Outras empresas	2 864 781
Juros de aplicações financeiras	16 980 282
Outros juros	4 500 709
	<u>36 525 594</u>

- (f) No primeiro semestre de 2004, os rendimentos de participações de capital incluem essencialmente os dividendos recebidos do BES (€ 1 386 000) (Nota 56.b)).

- (g) No primeiro semestre de 2004, esta rubrica inclui essencialmente a reversão de uma provisão para *equity swaps* sobre acções da Portugal Telecom, no montante de € 9 768 906, rendimentos de *equity swaps* sobre acções próprias e acções da PT Multimédia, no montante de € 4 714 304, e o reconhecimento de prémios relativos a *put options* sobre acções da Portugal Telecom, no montante de € 3 005 570.

46. Demonstrações dos Resultados Extraordinários

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2004 e 2003, os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

	2004	2003
Custos e perdas		
Insuficiência da estimativa para impostos sobre o rendimento (Nota 6.d)) (a)	6 189 346	1 868 529
Outros custos e perdas extraordinários	2 625 964	1 996 158
	<hr/> 8 815 310	<hr/> 3 864 687
Resultados extraordinários	<hr/> (8 359 639)	<hr/> (1 526 971)
	<hr/> 455 671	<hr/> 2 337 716
Proveitos e ganhos		
Ganhos em imobilizações	60 040	-
Redução de provisões	-	1 772 511
Outros proveitos e ganhos extraordinários	395 631	565 205
	<hr/> 455 671	<hr/> 2 337 716

- (a) No primeiro semestre de 2004, a insuficiência da estimativa para impostos respeita essencialmente ao facto de a Empresa ter optado por proceder à tributação voluntária de determinadas mais-valias geradas em anos anteriores e que se encontravam sujeitas ao regime de reinvestimento, o que originou um acréscimo do imposto de € 6 305 480, correspondente a 50% da tributação sobre essas mais-valias (Nota 6.d)).

48. Empréstimos Obtidos

Em 30 de Junho de 2004 e em 31 de Dezembro de 2003, o detalhe dos empréstimos obtidos era como segue:

	30 de Junho de 2004		31 de Dezembro de 2003	
	Curto prazo	Médio e longo prazo (f)	Curto prazo	Médio e longo prazo
Empréstimos bancários (a):				
Empréstimos externos	74 936 056	596 894 045	75 143 889	636 771 483
Empréstimos por obrigações convertíveis (b):				
Obrigações PT/99	-	-	450 485 000	-
Obrigações PT/01	-	440 335 000	-	440 335 000
	<hr/> -	<hr/> 440 335 000	<hr/> 450 485 000	<hr/> 440 335 000
Empréstimos por obrigações não convertíveis (c):				
Obrigações PT/97 - 2ª Emissão	124 699 474	-	124 699 474	-
Outros empréstimos obtidos:				
Empréstimos externos (d)	770 970 000	-	556 970 000	-
Empréstimos internos (e)	354 849 376	-	285 487 967	-
	<hr/> 1 125 819 376	<hr/> -	<hr/> 842 457 967	<hr/> -
Total	1 325 454 906	1 037 229 045	1 492 786 330	1 077 106 483

-
- (a) Em 30 de Junho de 2004 e em 31 de Dezembro de 2003, os empréstimos bancários encontravam-se expressos na sua totalidade em euros. Nessas datas, as garantias prestadas por terceiros em relação a determinados empréstimos eram as seguintes:

	30 de Junho 2004	31 de Dezembro 2003
Garantias bancárias a favor do Banco Europeu de Investimento	278 414 033	301 402 179
Aval do Estado a favor do Kreditantsalt Für Wiederaufbau	9 856 174	10 585 276

Em 30 de Junho de 2004 e em 31 Dezembro de 2003, os empréstimos bancários contraídos pela Portugal Telecom venciam juros a taxas anuais que variavam entre:

	30 de Junho 2004	31 de Dezembro 2003
Taxa de juro máxima	4,90%	4,90%
Taxa de juro mínima	2,08%	2,08%

- (b) Em 11 de Junho de 1999, a Empresa emitiu um empréstimo por obrigações convertíveis em acções, integralmente subscrito e pago pela PT Finance, no valor total de € 509 435 000, correspondente a 101 887 obrigações, com o valor nominal de € 5 000 cada. Este empréstimo está associado à emissão pela PT Finance, em 7 de Junho de 1999, de *Exchangeable Bonds*, com condições idênticas às obrigações convertíveis emitidas pela Empresa, que conferem aos seus titulares o direito à subscrição ou aquisição de acções ordinárias ou ADS (*American Depository Shares*) da Empresa, no termo da emissão, ao preço de conversão de 10,515 euros por acção.

A taxa de juro anual do empréstimo é de 1,5%, sendo o pagamento dos juros trimestral e postecipado e a maturidade de quatro anos. Em 24 de Abril de 2001, foi pedida a conversão antecipada de 76 obrigações equivalentes a 35 431 acções da Empresa, no montante de € 400 000, e durante o exercício de 2003 foram canceladas 11 710 obrigações, no montante de € 58 550 000. O reembolso das restantes obrigações convertíveis, no montante de € 450 485 000, foi efectuado em 11 de Junho de 2004, na data de vencimento do empréstimo (Nota 56.e)).

Em 6 de Dezembro de 2001, a Empresa emitiu um novo empréstimo por obrigações convertíveis em acções, integralmente subscrito e pago pela PT Finance, no valor total de € 550 000 000, correspondente a 110 000 obrigações, no valor nominal de € 5 000 cada. Este empréstimo está associado à emissão pela PT Finance, em 6 de Dezembro de 2001, de *Exchangeable Bonds*, com condições idênticas às obrigações convertíveis emitidas pela Empresa, que conferem aos seus titulares o direito à subscrição ou aquisição de acções ordinárias ou ADS (*American Depository Shares*) da Empresa, no termo da emissão, ao preço de conversão de € 12,3985 por acção.

O reembolso das obrigações convertíveis será efectuado em 6 de Dezembro de 2006, salvo se tiverem sido previamente reembolsadas ou adquiridas e canceladas ou se a conversão houver sido previamente efectuada. A taxa de juro anual do empréstimo é de 2%, sendo o pagamento dos juros trimestral e postecipado. No exercício de 2003, foram canceladas 21 933 obrigações, no montante de € 109 665 000, pelo que o montante em dívida em 30 de Junho de 2004 é de € 440 335 000.

- (c) Em 30 de Junho de 2004, a Empresa detém um empréstimo por obrigações não convertíveis no montante de € 124 699 474. A taxa de juro deste empréstimo é variável e indexada à "Euribor 365 a 6 meses" acrescida de 0,25%, sendo a taxa anual de juro em vigor de 2,4108%; os juros vencem-se semestralmente a 17 de Maio e 17 de Novembro. O reembolso das obrigações deverá ser efectuado em 17 de Novembro de 2004. Em 19 de Novembro de 1999 procedeu-se à redenominação das 25 000 000 obrigações integrantes deste empréstimo, nos seguintes termos:
 - O valor nominal é de um centímo;
 - A quantidade de obrigações redenominadas é de 12 469 947 426.
- (d) Em 25 de Junho de 1999, a Empresa estabeleceu um Contrato Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante de € 1 000 000 000. No exercício de 2003 as condições deste programa foram alteradas no sentido de possibilitar a subscrição de Papel Comercial por outras empresas do Grupo, tendo em Janeiro de 2003 o programa passado a ser utilizado na integra pela TMN. Este Programa encontra-se associado à emissão em 7 de Abril de 1999 pela PT Finance de *Global Medium Term Notes* ("GMTNs") no montante de € 1 000 000 000. Estes títulos correspondem a obrigações emitidas por aquela empresa participada, acessíveis no mercado do Euro, com uma maturidade de 10 anos e uma taxa de juro anual de 4,625%. Em 30 de Junho de 2004, a Empresa mantinha em carteira, como obrigações próprias, um montante de € 120 500 000 (Nota 51) de GMTNs emitidas pela PT Finance nesta emissão.

Em 1 de Junho de 2000, a Empresa estabeleceu um outro Contrato Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante de € 2 250 000 000. No exercício de 2003 as condições deste programa foram alteradas no sentido de possibilitar a subscrição de Papel Comercial por outras empresas do Grupo. Em 30 de Junho de 2004 a Empresa tem subscrito um montante de € 770 000 000. Este Programa encontra-se associado: (i) à emissão em 21 de Fevereiro de 2001 pela PT Finance de *Global Medium Term Notes* ("GMTNs") de € 1 000 000 000, os quais correspondem a obrigações emitidas por aquela empresa participada, acessíveis no mercado do Euro, com uma maturidade de 5 anos e uma taxa de juro anual de 5,75%; (ii) a uma *Multicurrency Revolving Credit Facility* de € 500 000 000, com maturidade em Fevereiro de 2007 e 2008 (50% do montante em dívida em cada um dos anos); e (iii) a uma *Multicurrency Revolving Credit Facility* de

€ 150 000 000 contratada em 24 de Junho de 2004, com maturidade quatro anos. Em 30 de Junho de 2004, a Empresa mantinha em carteira, como obrigações próprias, um montante de € 52 518 000 (Nota 51) de GMTNs emitidas pela PT Finance nesta emissão.

- (e) A Empresa mantém contratado um Programa de Papel Comercial de curto prazo pelo montante total de € 875 000 000, encontrando-se utilizados € 354 849 376. Este montante foi contratado em Junho de 2004, com uma taxa de juro anual de 2,183% e com liquidação em Julho de 2004.
- (f) Em 30 de Junho de 2004, os empréstimos classificados a médio e longo prazo têm o seguinte plano de reembolso previsto:

Segundo semestre de 2005	51 876 669
2006	520 614 225
2007	93 772 376
2008	87 555 409
1º semestre de 2009	17 688 231
2º semestre de 2009 e anos seguintes (Nota 29)	265 722 135
	<hr/>
	1 037 229 045

- (g) Em 30 de Junho de 2004, existiam diversos condicionalismos financeiros ("covenants") associados aos financiamentos obtidos pela Empresa, os quais àquela data estavam a ser cumpridos, sendo de destacar os seguintes:

- **Notações de rating**

Caso o rating atribuído à Portugal Telecom pelas agências de rating seja reduzido para BBB+/Baa1 ou inferior, a Empresa deverá apresentar uma garantia bancária aceitável pelo BEI, estando abrangido por este condicionalismo empréstimos no montante de € 150 milhões obtidos junto desta instituição financeira.

- **Controlo/Alienação das empresas participadas**

A Portugal Telecom terá de manter, directa ou indirectamente, a maioria do capital e o controlo de cada uma das suas *Material Subsidiaries* (subsidiárias cujo activo bruto seja igual ou superior a 10% do activo consolidado ou cujos proveitos sejam iguais ou superiores a 10% dos proveitos consolidados). Os empréstimos abrangidos por este covenant são a *Multicurrency Revolving Credit Facility ("Facility")* de € 500 milhões, contratada pela PT Finance, e determinados empréstimos obtidos junto do BEI que totalizam € 653 milhões.

• Ráculos Financeiros

A *Facility* de € 500 milhões prevê a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 4,5 vezes o EBITDA consolidado. As actuais condições financeiras (spread aplicável) relativas à *Facility* de € 500 milhões e à *Facility* de € 150 milhões, serão alteradas se o rácio da dívida líquida consolidada/EBITDA consolidado for superior, respectivamente, a 2,5 e 2,25. Em 30 de Junho de 2004, este rácio é equivalente a 1,36.

Adicionalmente, o Programa de *Global Medium Term Notes*, as emissões de obrigações convertíveis, a *Facility* de € 500 milhões e a *Facility* de € 150 milhões estão abrangidos por cláusulas de *Negative Pledge*, as quais impõem restrições à constituição de garantias reais sobre os activos das empresas englobadas na consolidação do Grupo.

49. Estado e Outros Entes Públicos

Em 30 de Junho de 2004 e 31 de Dezembro de 2003, os saldos com o Estado e outros entes públicos têm o seguinte detalhe:

	30 de Junho de 2004		31 de Dezembro de 2003	
	Saldos Devedores	Saldos Credores	Saldos Devedores	Saldos Credores
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	5 899 595	-	2 851 944	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado	37 455	1 326	148 015	92 729
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares	-	2 273 881	-	803 674
Segurança Social	-	438 819	-	842 582
Outros	29	-	-	-
	5 937 079	2 714 026	2 999 959	1 738 985

O saldo devedor de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ("IRC") tem o seguinte detalhe:

	30 de Junho 2004	31 de Dezembro 2003
Pagamentos por conta e retenções na fonte de exercícios anteriores	198 101	3 395 340
IRC a recuperar	2 851 903	-
Retenções na fonte efectuadas por terceiros	3 266 680	-
Outros	(417 089)	(543 396)
	5 899 595	2 851 944

50. Outros Credores

Em 30 de Junho de 2004, o saldo da rubrica de outros credores inclui um montante de € 201 086 680 referente ao valor de mercado de um instrumento financeiro de *cash flow matching* contratado no primeiro semestre de 2004 e que tem uma maturidade de 6 meses.

51. Títulos Negociáveis

Em 30 de Junho de 2004, esta rubrica refere-se fundamentalmente a aplicações efectuadas pela Empresa em títulos de rendimento fixo, que foram adquiridos como aplicações de tesouraria de curto prazo.

Em 30 de Junho de 2004, a Portugal Telecom detém em carteira obrigações emitidas pela PT Finance, emitidas no âmbito de diversos programas de *Global Medium Term Notes*, com a seguinte composição:

	Valor nominal	Valor de aquisição	Proveito/(custo) diferido (Nota 52)
. Vencimento em 7 de Abril de 2009 (Nota 48.d))	120 500 000	114 110 109	6 389 891
. Vencimento em 21 de Fevereiro de 2006 (Nota 48.d))	52 518 000	52 720 007	(202 007)
. Vencimento em 16 de Fevereiro de 2005 (a)	15 050 000	14 998 937	51 063
	188 068 000	181 829 053	6 238 947

(a) Estas *Global Medium Term Notes* emitidas pela PT Finance foram utilizadas para conceder empréstimos directamente a outras empresas do Grupo, nomeadamente à TCP.

52. Acréscimos e Diferimentos

Em 30 de Junho de 2004 e 31 de Dezembro de 2003, os saldos destas rubricas apresentam a seguinte composição:

	30 de Junho 2004	31 de Dezembro 2003
Acréscimos de proveitos:		
Juros a receber	28 752 111	24 017 806
Prestação de serviços a empresas do grupo (a)	9 501 671	8 064 576
Outros	99 140	36 098
	<u>38 352 922</u>	<u>32 118 480</u>
Custos diferidos:		
Despesas financeiras (b)	3 657 021	6 166 298
Outros	696 955	979 169
	<u>4 353 976</u>	<u>7 145 467</u>
Acréscimos de custos:		
Encargos financeiros a liquidar (c)	20 913 986	33 876 711
Encargos com férias, subsídios de férias e Natal e outros encargos com o pessoal	6 213 865	7 726 068
Fornecimentos e serviços externos	681 612	2 284 724
Outros acréscimos de custos (d)	27 511 982	28 445 164
	<u>55 321 445</u>	<u>72 332 667</u>
Proveitos diferidos:		
Instrumentos financeiros derivados (e)	7 947 052	22 006 110
Desconto na aquisição de GMTNs emitidas pela PT Finance (Nota 51)	6 238 947	6 238 947
Outros	12 439 011	9 094 693
	<u>26 625 010</u>	<u>37 339 750</u>

- (a) Em 30 de Junho de 2004, este montante refere-se essencialmente aos valores a facturar relativamente a serviços prestados no âmbito do contrato de prestação de serviços de consultoria à Telesp Celular, no montante de € 8 727 541.
- (b) Em 30 de Junho de 2004, este montante refere-se essencialmente a despesas com emissões de papel comercial, que estão a ser diferidas pelo período dos empréstimos ou das emissões.
- (c) Em 30 de Junho de 2004, este montante refere-se essencialmente aos encargos financeiros corridos relacionados com emissões de papel comercial e empréstimos bancários, nos montantes de € 1 517 500 e € 12 473 058, respectivamente.

-
- (d) Em 30 de Junho de 2004, este montante refere-se essencialmente à especialização de custos financeiros relacionados com instrumentos financeiros.
 - (e) Em 30 de Junho de 2004, esta rubrica inclui essencialmente € 7 652 900 (Nota 54) referentes a prémios recebidos por renegociações de contratos de swaps efectuadas em 2002, os quais serão reconhecidos em resultados durante o período remanescente dos contratos.
 - (f) Em 30 de Junho de 2004, esta rubrica inclui essencialmente € 10 981 052 referentes aos juros corridos das debentures da UOL, os quais só serão reconhecidos em resultados no momento da sua efectiva liquidação.

54. Instrumentos Financeiros Derivados e Gestão de Risco

Em 30 de Junho de 2004, a Empresa tinha contratado um conjunto de instrumentos financeiros derivados com o intuito de minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de taxa de câmbio.

A contratação deste tipo de instrumentos financeiros é efectuada após análise cuidada dos riscos e benefícios inerentes a este tipo de operações, e consulta a diversas instituições intervenientes nos mercados. Estas operações são sujeitas à aprovação prévia da Comissão Executiva e implicam o acompanhamento permanente da evolução dos mercados financeiros e da carteira de posições detidas pela Empresa. O valor de mercado (*Fair Value*) destes instrumentos é apurado regular e periodicamente ao longo do ano, no sentido de permitir uma avaliação contínua destes instrumentos e das respectivas implicações financeiras.

Risco de Taxa de Juro

Durante o primeiro semestre de 2004, e em resultado de os mesmos terem atingido a sua maturidade, verificou-se uma redução significativa no *notional* dos *swaps* de taxa de juro em Euros associados à dívida. Em 30 de Junho de 2004, o *notional* das operações de *swaps* e de *floors* de taxa de juro era, respectivamente, de € 1 760 milhões e € 1 000 milhões, com uma maturidade média de, respectivamente, 2,43 e 0,19 anos.

Risco de Taxa de Juro e de Taxa de Câmbio

De modo a atingir os objectivos acima referidos, quer no caso do risco de taxa de juro, quer no que respeita ao risco de taxa de câmbio, existiam em 30 de Junho de 2004 *cross currency swaps* com componente cambial e de taxa de juro. Naquela data, o total de dívida sujeita a contratos desta natureza

era de € 70 milhões de *swaps* de dólares americanos para euros, com uma maturidade média de 7,5 anos.

Na sequência do cancelamento da componente de taxa de juro de *cross currency swaps* anteriormente existentes, a Portugal Telecom mantém opções cambiais e contratos *forward* de euros para dólares americanos. Em 30 de Junho de 2004, o montante líquido dos contratos desta natureza era de € 200 milhões, com uma maturidade média de 4,8 anos.

Equity Derivatives

Em 30 de Junho de 2004, a Portugal Telecom tem contratados *put options* sobre 21 550 000 acções próprias, que visam minimizar a exposição da Empresa ao risco de variações no valor das suas acções. Adicionalmente, e para fazer face ao programa de *share buyback* a Portugal Telecom contratou *equity swaps* sobre 27 505 848 acções próprias representativas de 2,19% do seu capital. Atendendo à evolução da cotação das acções da Portugal Telecom, foi registada uma provisão para cobrir a diferença entre os preços de exercício destes derivados (que variam entre 6,21 e 12,12 euros por acção) e a cotação da acção PT na data destas demonstrações financeiras (Nota 34.b)). Estes contratos têm maturidades entre 1 mês e 1,2 anos.

Em exercícios anteriores, a Portugal Telecom contratou um *equity swap* sobre 15 287 545 acções da PT Multimédia, cuja data de liquidação é 5 de Maio de 2005. Atendendo à cotação das acções da PT Multimédia em 30 de Junho de 2004 e ao preço de exercício do derivado, não foi constituída qualquer provisão para perdas. Adicionalmente, no primeiro semestre de 2004 foram compradas e vendidas *call options* sobre 6 063 842 acções da PT Multimédia. Estes derivados têm uma maturidade de 1,5 anos, não se estimando quaisquer perdas decorrentes dos mesmos em 30 de Junho de 2004.

***Fair Value* dos Instrumentos Financeiros**

Em 30 de Junho de 2004, o *Fair Value* dos instrumentos financeiros e o correspondente valor contabilístico é o seguinte (valores em milhões de euros):

	Valor contabilístico	<i>Fair Value</i>
Instrumentos financeiros relacionados com cobertura de risco (i):		
Taxa de juro	(2,9)	(20,1)
Taxa de juro e taxa de câmbio	(36,1)	(36,4)
<i>Equity derivatives:</i>		
Acções próprias (ii)	(11,7)	29,5
Acções PT Multimédia	-	73,2

- (i) Estes derivados foram objecto de renegociações no exercício de 2002, tendo a Empresa recebido prémios no âmbito dessas operações. Estes prémios foram registados em proveitos diferidos e serão amortizados no período remanescente dos contratos. Em 30 de Junho de 2004, encontram-se por reconhecer em proveitos € 7 947 052 (Nota 52.e)).
- (ii) O valor contabilístico corresponde à provisão constituída para os *equity swaps*, no montante de € 11,2 milhões (Nota 34), acrescida dos prémios relativos às *put options* que estão a ser reconhecidos em resultados ao longo do respectivo prazo, no montante de € 0,5 milhões.

55. Demonstração de Resultados por Funções

A Demonstração de Resultados por Funções ("DRF") foi elaborada tendo em consideração o disposto na Directriz Contabilística n.º 20, havendo os seguintes aspectos a salientar:

- a) A rubrica "Vendas e prestações de serviços" da DRF inclui as prestações de serviços efectuadas ao abrigo do contrato de prestação de serviços técnicos de administração e gestão celebrado com a Telesp Celular.
- b) A rubrica "Custo das prestações de serviços" da DRF inclui, basicamente, parte da rubrica "Fornecimentos e serviços externos", os custos com o pessoal e as amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo da Demonstração de Resultados por Naturezas ("DRN").
- c) A rubrica "Outros custos e perdas operacionais" da DRF inclui, fundamentalmente, parte da rubrica de fornecimentos e serviços externos, quotizações e donativos para diversos organismos no âmbito das telecomunicações, e impostos.

-
- d) A rubrica "Custo líquido de financiamento" da DRF inclui essencialmente as seguintes naturezas de proveitos e custos registadas na DRN em resultados financeiros:

Outros proveitos e ganhos financeiros	(22 696 575)
Juros obtidos	(36 525 594)
Juros suportados	55 522 849
Outros custos e perdas financeiros	6 782 382
Diferenças de câmbio favoráveis	(2 413 236)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	603 089
	<hr/>
	1 272 914
	<hr/>

- e) A rubrica "Ganhos em filiais e associadas" da DRF inclui as seguintes naturezas de proveitos e custos registadas na DRN em resultados financeiros e em resultados extraordinários:

Ganhos em empresas do grupo e associadas (i)	375 148 643
Perdas em outras empresas	(80 000)
Perdas em empresas do grupo	(29 417 001)
Amortização do <i>goodwill</i> (Nota 45.c))	(13 424 917)
	<hr/>
	332 226 725

(i) Esta rubrica distingue-se dos ganhos em empresas do grupo e associadas apresentadas na DRN uma vez que não inclui os ganhos resultantes da consolidação fiscal, no montante de € 3 236 866 (Nota 45), que são registados na rubrica "Impostos sobre os resultados correntes".

- f) A rubrica "Impostos sobre os resultados correntes" tem a seguinte composição:

Imposto sobre o rendimento do semestre	19 262 978
Insuficiênciam de estimativa de IRC de 2003 (Nota 46)	(6 189 346)
Ganho aourado na consolidação fiscal (Nota 45)	3 236 866
Outros	(86 097)
	<hr/>
	16 224 401

56. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada tendo em consideração o disposto na Directriz Contabilística nº14, havendo os seguintes aspectos a salientar:

a) Recebimentos provenientes de investimentos financeiros

Esta rubrica inclui o reembolso de empréstimos concedidos e apresenta a seguinte composição:

PT Comunicações (Nota 16) (i)	193 969 251
TMN (i)	79 597 011
PT Prime (ii)	46 000 000
PT Multimédia (iii)	43 300 000
PT.com	5 000 000
PT Compras	750 000
PT SI	306 851
	<hr/>
	<u>368 923 113</u>

- (i) Este montante inclui o reembolso da parcela de curto prazo em dívida em 31 de Dezembro de 2003, no montante de € 70 984 671, e as parcelas com maturidade até 31 de Dezembro de 2006, no montante de € 122 984 580 (Nota 10.b)).
- (ii) Este montante respeita ao reembolso de um empréstimo intragrupo de curto prazo concedido durante o primeiro semestre de 2004, no montante de € 164 597 011 (Nota 56.c)). Em 30 de Junho de 2004 encontrava-se em dívida um montante de € 85 000 000 (Nota 16).
- (iii) Este montante respeita ao reembolso de suprimentos no montante de € 28 556 900 (Nota 10.b)) e ao reembolso de empréstimos intragrupo de curto prazo concedidos em 2003. Em 30 de Junho de 2004 encontrava em dívida um montante de € 29 354 145 (Nota 16).
- (iv) Este montante respeita ao reembolso de empréstimos intragrupo concedidos em anos anteriores, no montante de € 15 000 000, e de empréstimos intragrupo concedidos no primeiro semestre de 2004, no montante de € 28 300 000 (Nota 56.c)).

b) Recebimentos provenientes de dividendos

Esta rubrica corresponde aos dividendos e reservas recebidos das seguintes empresas:

PT Comunicações (i)	569 037 901
TMN (ii)	428 824 754
PT Multimédia (Nota 10.b))	7 224 388
PT Prime (Nota 10.b))	2 705 320
Páginas Amarelas (Nota 10.b))	1 792 990
BES (Nota 45.f))	1 386 000
Previsão (Nota 10.b))	114 836
Taguspark	13 000
	<hr/>
	<u>1 011 099 189</u>

-
- (i) Este montante inclui € 520 000 000 referente à distribuição de reservas e € 49 037 901 referente à distribuição de dividendos.
- (ii) Este montante inclui € 200 000 000 referente à distribuição de reservas e € 228 824 754 referente à distribuição de dividendos.

c) Pagamentos respeitantes a investimentos financeiros

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Suprimentos concedidos:

PT Pro (Nota 10.b))	22 595 000
PT Wi-Fi (Notas 10.b) e 16)	1 085 000
Web-Lab (Nota 10.b))	761 257
	<hr/>
	24 441 257

Empréstimos intragrupo concedidos:

TMN (Nota 56.b))	164 597 011
PT Multimédia (Nota 56.b))	28 300 000
PT Compras (Nota 16)	1 110 000
PT Meios (i)	520 000
	<hr/>
	194 527 011

Prestações acessórias concedidas:

PT Comunicações (Nota 10.b))	520 000 000
TMN (Nota 10.b))	200 000 000
PT Compras (Notas 10.b) e 16)	3 900 000
	<hr/>
	723 900 000

Aquisição de participações/Constituição de participadas:

Media Capital (Nota 10.b))	6 960 000
Previsão (Nota 10.b))	1 906 641
PT II (Nota 10.b))	1 000 000
	<hr/>
	9 866 641

Adiantamento por conta de investimentos financeiros

Brasilcel (Nota 10.b))	<hr/>
	10 327 105
	<hr/>
	963 062 014

- (i) No primeiro semestre de 2004, os empréstimos de curto prazo concedidos à PT Meios foram reforçados em € 520 000, ascendendo em 30 de Junho de 2004 a € 2 130 000 (Nota 16).

d) Recebimentos respeitantes a empréstimos obtidos

Esta rubrica inclui os fundos obtidos com empréstimos contratados no semestre e apresenta a seguinte composição:

Emissão de Papel Comercial	8 752 566 199
Emissão de empréstimos bancários	432 481 314
	<hr/> <u>9 185 047 513</u>

e) Pagamentos respeitantes a empréstimos obtidos

Esta rubrica inclui o reembolso de empréstimos obtidos e apresenta a seguinte composição:

Papel comercial de curto prazo	8 469 204 790
Empréstimos por obrigações convertíveis (Nota 48)	450 485 000
Empréstimos bancários	508 895 041
	<hr/> <u>9 428 584 831</u>

f) Pagamentos respeitantes a dividendos

No primeiro semestre de 2004, esta rubrica inclui o pagamento de dividendos que incorporavam a distribuição de resultados do exercício de 2003, no montante de € 190 774 979 (Nota 40), e a distribuição de reservas livres a accionistas, no montante de € 76 724 707 (Nota 40), conforme deliberado em Assembleia Geral de Accionistas de 2 de Abril de 2004.

g) Pagamentos respeitantes à aquisição de acções próprias

No primeiro semestre de 2004, esta rubrica inclui € 14 237 290 referente ao pagamento de aquisições de acções próprias efectuadas em Dezembro de 2003, sendo o remanescente referente ao pagamento de aquisições efectuadas durante o primeiro semestre de 2004. Adicionalmente, esta rubrica inclui os custos com as comissões bancárias suportadas com as aquisições de acções próprias antes referidas.

h) Componentes de caixa e seus equivalentes

Em 30 de Junho de 2004 e 2003 e 31 de Dezembro de 2003, a composição dos saldos de caixa e seus equivalentes era como segue:

	30 de Junho		31 de Dezembro
	2004	2003	2003
Caixa e depósitos bancários			
immediatamente mobilizáveis	861 431	1 474 227	1 073 341
Títulos negociáveis	685 743 870	564 387 291	686 121 794
Aplicações financeiras	657 057 550	374 024 435	832 655 184
	<u>1 343 662 851</u>	<u>939 885 953</u>	<u>1 519 850 319</u>

57. Eventos Subsequentes

Após 30 de Junho de 2004, ocorreram os seguintes eventos subsequentes:

Em Julho de 2004, a PT Multimédia concedeu suprimentos à sua participada PT Conteúdos no montante de 40 milhões de euros, tendo a PT Conteúdos por sua vez concedido prestações acessórias de igual montante à sua participada Sport TV, empresa em que detém uma participações de 50% no respectivo capital.

Em 1 de Setembro de 2004, a PT Multimédia aprovou a concessão à Sport TV de um aval solidário com a PPTV – Publicidade de Portugal e Televisão, S.A. (o outro accionista da Sport TV em conjunto com a PT Conteúdos), até ao montante de 70 milhões de Euros, como forma de garantia de um financiamento concedido por uma instituição financeira àquela empresa, destinado à aquisição de direitos de transmissão dos jogos da Superliga de futebol, para as épocas de 2004/2005 a 2007/2008.

Em 25 de Agosto de 2004, a Brasilcel anunciou que tenciona lançar ofertas públicas voluntárias de aquisição em dinheiro sobre as seguintes empresas em que detém uma posição de controlo: (i) Tele Sudeste Celular Participações, até ao montante máximo de aproximadamente 7 332 milhões de acções ordinárias ("ON") ao preço de 6,35 Reais por 1 000 acções e de 12 700 milhões de acções preferenciais ("PN") ao preço de 7,80 Reais por 1 000 acções; (ii) Tele Leste Celular Participações, até ao montante máximo de aproximadamente 16 723 milhões de acções ON ao preço de 0,90 Reais por 1 000 acções e de 92 499 milhões de acções PN ao preço de 1,10 Reais por 1 000 acções; e (iii) Celular CRT Participações, até ao montante máximo de aproximadamente 61 milhões de acções ON ao preço de 575,31 Reais por 1 000 acções e de 442 milhões de acções PN ao preço de 718,69 Reais por 1 000 acções.

Simultaneamente, a TCP tenciona lançar uma oferta pública voluntária de aquisição em dinheiro sobre um montante máximo de aproximadamente 84 253 milhões de acções PN da Tele Centro Oeste Celular Participações ao preço de 10,70 Reais por 1 000 acções.

A Portugal Telecom e a Telefónica Móviles pretendem financiar, em partes iguais, a Brasilcel para a execução destas ofertas. Por outro lado, a TCP tenciona financiar a sua oferta com dívida e, tendo em conta o resultado da oferta, entre outros factores, irá avaliar a necessidade de um eventual aumento de capital, caso considere recomendável reduzir o seu nível de endividamento.

As ofertas deverão ter início na primeira semana de Setembro e decorrerão num período de pelo menos 30 dias após a publicação de toda a documentação formal. Espera-se que estas operações estejam concluídas em Outubro do corrente ano.

Participações Qualificadas

Nos termos da alínea d) do nº1 do artigo 9º do Regulamento nº 4/2004 da CMVM, presta-se a seguinte informação quanto às participações qualificadas detidas por terceiros no capital social da PT à data de 30 de Junho de 2004:

- O Grupo Banco Espírito Santo ("BES") detém directa e indirectamente 9,75% do capital social e 10,19% dos direitos de voto da PT. No quadro seguinte apresenta-se a participação do BES calculada nos termos do nº1 do artigo 20º do CVM:

Entidades	Nº Acções
Banco Espírito Santo, S.A.	33 641 722
Membros da Administração e Fiscalização do BES	109 725
Empresas que se encontram em relação de domínio ou de grupo com o BES	31 722 506
Acções detidas por titulares do direito de voto que celebraram com o BES acordo para o seu exercício	18 844 252
Acções que o BES pode adquirir em virtude de acordo celebrado com os respectivos titulares	21 369 000
Acções dadas em garantia ao BES ou por este administradas ou depositadas junto desta instituição	16 652 897
Total	122 340 102

- A Telefónica, S.A. detém directamente um total de 91 597 629 acções da PT, correspondente a 7,30% do capital social e 7,63% dos direitos de voto da PT. Adicionalmente, a Telesp S.A. (Fixa) e a Aliança Atlântica Holding B.V. (empresas que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a Telefónica) detêm, respectivamente, um total de 7 994 250 e 5 329 500 acções da PT, equivalente a participações de 0,64% e 0,42% do capital social, a que corresponde 0,67% e 0,44% dos direitos de voto. Em termos globais, a participação da Telefónica na PT ascende a 8,37% e 8,74% dos direitos de votos.
- A Brandes Investments Partners, I.P. ("Brandes") detém indirectamente através dos seus clientes um total de 69 552 809 acções da PT, equivalente a 5,55% do capital social e 5,80% dos direitos de voto da PT.
- A holding americana The Capital Group Companies, Inc ("CGC") detém indirectamente através dos seus fundos/clientes, 5,04% do capital social e 5,14% dos direitos de voto da PT. No quadro seguinte apresenta-se a participação da CGC calculada nos termos do nº1 do artigo 20º do CVM:

Entidades	Nº Acções	% do Capital
Capital Research and Management Company	55 499 179	4,42%
Capital Guardian Trust Company	2 811 832	0,22%
Capital International, Inc.	1 414 783	0,11%
Capital International Limited	758 117	0,06%
Capital International S.A.	2 709 959	0,22%
Total	63 193 870	5,04%

Para efeitos de direitos de voto:

Entidades	Nº Acções	% dos Direitos de Voto
Capital Research and Management Company	55 499 179	4,62%
Capital Guardian Trust Company	2 462 932*	0,21%
Capital International, Inc.	966 243*	0%
Capital International Limited	501 117*	0,04%
Capital International S.A.	2 271 659*	0,19%
Total	61 701 130	5,14%

* A diferença entre o número de acções detidas e os direitos de voto é devida à inexistência de poderes discricionários sobre todas as acções para o exercício de voto.

- O Grupo Caixa Geral de Depósitos (“CGD”) detém directa e indirectamente 4,64% do capital social e 4,85% dos direitos de voto da PT. No quadro seguinte apresenta-se a participação da CGD calculada nos termos do nº1 do artigo 20º do CVM:

Entidades	Nº Acções
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	52 112 053
Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial Confiança, S.A.	6 048 272
Total	58 160 325

- O Grupo Banco Português de Investimento (BPI) detém directa e indirectamente 2,32% do capital social e 2,42% dos direitos de voto da PT. No quadro seguinte apresenta-se a participação do BPI calculada nos termos do nº1 do artigo 20º do CVM:

Entidades	Nº Acções
Banco Português de Investimento, S.A.	268 702
Banco BPI, S.A.	20 747 471
Fundos geridos pelo BPI Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	6 473 891
Fundos geridos pelo BPI Fundos - Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.	1 334 220
BPI Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	65 545
Clientes institucionais cuja carteira é gerida ao abrigo de gestão discricionária	151 659
Clientes particulares cuja carteira é gerida ao abrigo de gestão discricionária	40 919
Total	29 082 407

- A Cinveste, SGPS, S.A. detém um total de 28 510 000 acções da PT, correspondente a 2,27% do capital social e 2,38% dos direitos de voto da PT.
- Desde 30 de Julho de 2004, o Grupo Fidelity detém, através da FMR Corp. e da Fidelity International Limited, um total de 25 663 369 acções da PT, equivalente a 2,05% do capital social e 2,14% dos direitos de voto da PT.

Participações nos Termos do Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais

Nos termos e para os efeitos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, presta-se a seguinte informação quanto às participações financeiras detidas pelos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da PT, em 30 de Junho de 2004:

Conselho de Administração

- Ernâni Rodrigues Lopes, Presidente do Conselho de Administração, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
- Miguel Horta e Costa, Presidente da Comissão Executiva, é titular de 23 345 acções da PT;
- Zeinal Bava, Administrador, é titular de 63 061 acções da PT e de 44 598 acções da PT Multimédia. O cônjuge é titular de 75 acções da PT;
- Carlos Vasconcellos Cruz, Administrador, é titular de 13 599 acções da PT;
- Iriarte Esteves, Administrador, é titular de 5 632 acções da PT;
- Paulo Fernandes, Administrador, é titular de 50 acções da PT;
- Joaquim Goês, Administrador, é titular de 2 437 acções da PT e de 75 acções da PT Multimédia;
- Henrique Granadeiro, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
- Carlos Oliveira Cruz, Administrador, é titular de 134 acções da PT;
- Jorge Tomé, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
- Fernando Abril, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
- António Viana Baptista, Administrador, é titular de 9 008 acções da PT e de 795 acções da PT Multimédia. O cônjuge é titular de 1 817 acções da PT e de 40 acções da PT Multimédia;
- Pedro Malan, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
- Luís de Mello Champalimaud, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;

-
- Patrick Monteiro de Barros, Administrador, é titular, através da sociedade Telexpress Investments, Limited, na qual é Presidente do Conselho de Administração, de 23 000 000 acções da PT;
 - Jorge Bleck, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
 - Carlos Blanco de Morais, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
 - João Mello Franco, Administrador, e cônjuge são titulares de 13 308 acções da PT;
 - Gerald McGowan, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
 - Peter Golob, Administrador, é titular de 7 500 acções da PT;
 - Nuno Silvério Marques, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
 - Thomaz Paes de Vasconcellos, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.
 - Fernando Ulrich, Administrador, é titular de 265 acções da PT. O cônjuge é titular de 265 acções da PT. Apresentam-se de seguida as transacções efectuadas (C: Compra em bolsa; V: Venda em bolsa) por sociedades controladas pelo Grupo BPI nas quais Fernando Maria Costa Duarte Ulrich exerce cargos de administração:

Banco Português de Investimento, S.A. Transacções - acções da PT			
Data	Natureza	Quantidade	Preço (euros)
20040102	V	161	8,03
20040102	C	10 100	8,06
20040105	V	84 180	8,09
20040105	V	50 000	8,12
20040105	C	94 180	8,08
20040105	C	50 000	8,09
20040105	C	50 000	8,11
20040106	V	20 000	8,18
20040106	V	93 000	8,14
20040106	V	5 000	8,11
20040106	V	20 000	8,17
20040106	C	93 000	8,14
20040106	C	20 000	8,11
20040107	V	28 030	8,21
20040107	V	97 840	8,20
20040107	C	78 030	8,17
20040107	C	97 840	8,19

Banco Português de Investimento, S.A. Transacções - acções da PT			
Data	Natureza	Quantidade	Preço (euros)
20040108	V	145 151	8,30
20040108	V	134 634	8,27
20040108	V	23 422	8,28
20040108	V	50 000	8,34
20040108	C	25 000	8,13
20040108	C	9 634	8,10
20040108	C	96 007	8,25
20040108	C	8 068	8,28
20040109	V	114 100	8,45
20040109	V	187 022	8,44
20040109	V	2 700	8,46
20040109	C	134 309	8,42
20040109	C	149 020	8,42
20040112	V	135 047	8,32
20040112	V	50 000	8,33
20040112	C	99 791	8,32
20040112	C	135 047	8,32

Banco Português de Investimento, S.A. Transacções - acções da PT				Banco Português de Investimento, S.A. Transacções - acções da PT			
Data	Natureza	Quantidade	Preço (euros)	Data	Natureza	Quantidade	Preço (euros)
20040113	V	30 000	8,38	20040122	C	300	8,56
20040113	V	198 902	8,43	20040122	V	74 631	8,62
20040113	V	1 500	8,44	20040122	V	108 547	8,57
20040113	V	15 000	8,44	20040122	C	108 547	8,57
20040113	C	148 902	8,41	20040126	C	100	8,66
20040113	C	80 000	8,39	20040123	V	196 635	8,62
20040114	V	81 655	8,49	20040123	V	94 114	8,62
20040114	V	185 989	8,48	20040123	V	10 000	8,67
20040114	V	13 600	8,52	20040126	V	15 000	8,67
20040114	C	164 989	8,47	20040126	V	129 181	8,63
20040114	C	21 655	8,45	20040126	V	10 000	8,66
20040115	V	21 757	8,49	20040123	C	94 114	8,61
20040115	C	25 000	8,50	20040123	C	177 679	8,63
20040115	C	20 000	8,47	20040127	V	20 000	8,67
20040115	C	1 757	8,49	20040127	V	100	8,70
20040115	V	62 179	8,51	20040127	V	3 406	8,69
20040115	V	156 496	8,50	20040126	C	129 181	8,64
20040116	V	212 678	8,57	20040126	C	60 000	8,61
20040116	V	408	8,52	20040127	C	25 974	8,67
20040115	C	156 536	8,50	20040127	C	400	8,75
20040115	C	62 179	8,49	20040127	V	155 864	8,71
20040115	C	408	8,52	20040127	V	53 935	8,69
20040116	C	5 109	8,58	20040128	V	12 800	8,67
20040116	C	3 000	8,65	20040128	V	146 466	8,68
20040116	V	89 988	8,58	20040128	V	2 000	8,67
20040116	C	69 988	8,56	20040127	C	155 864	8,70
20040116	C	212 638	8,58	20040128	C	25 761	8,63
20040116	C	100 600	8,65	20040128	C	1 600	8,62
20040119	V	72 266	8,81	20040129	V	2 500	8,58
20040119	V	135 643	8,79	20040129	V	2 000	8,65
20040120	V	1 500	8,80	20040128	C	146 466	8,68
20040119	C	57 266	8,75	20040129	C	1 100	8,57
20040119	C	135 563	8,78	20040129	C	10 000	8,55
20040119	C	17 030	8,76	20040129	V	194 102	8,63
20040120	C	20 436	8,81	20040129	V	46 805	8,65
20040120	V	151 494	8,79	20040129	C	174 102	8,63
20040120	V	30 000	8,82	20040129	C	46 805	8,63
20040121	V	19 600	8,78	20040130	V	94 883	8,49
20040120	C	151 574	8,79	20040130	V	149 400	8,43
20040120	C	65 000	8,78	20040130	V	300	8,40
20040121	C	4 000	8,76	20040130	C	10 000	8,57
20040121	C	23 842	8,72	20040130	C	149 400	8,41
20040121	V	117 979	8,72	20040130	C	114 883	8,44
20040121	C	117 979	8,72	20040130	C	3 600	8,51
20040121	C	39 600	8,69	20040130	C	11 921	8,32
20040122	C	25 000	8,63	20040202	C	20 000	8,39
20040122	C	48 587	8,55	20040202	V	64 000	8,45
20040122	C	6 812	8,56	20040202	V	156 345	8,44

Banco Português de Investimento, S.A.			
Transacções - acções da PT			
Data	Natureza	Quantidade	Preço (euros)
20040202	V	1 000	8,42
20040202	V	614	8,41
20040203	V	78 435	8,42
20040203	V	20 000	8,40
20040202	C	156 345	8,44
20040202	C	24 000	8,41
20040202	C	614	8,42
20040203	C	5 000	8,40
20040203	V	63 560	8,41
20040204	V	12 500	8,41
20040203	C	98 435	8,41
20040203	C	63 560	8,40
20040204	C	20 000	8,38
20040204	C	500	8,29
20040204	V	182 466	8,34
20040204	V	76 818	8,32
20040205	V	3 406	8,53
20040204	C	59 281	8,31
20040204	C	123 185	8,36
20040204	C	69 318	8,34
20040205	C	170 286	8,50
20040205	V	170 286	8,50
20040205	V	88 645	8,50
20040206	V	20 000	8,60
20040206	V	150 000	8,65
20040206	V	2 000	8,67
20040205	C	118 645	8,48
20040206	C	20 000	8,64
20040206	C	500	8,56
20040206	V	183 004	8,63
20040209	V	40 000	8,72
20040209	V	4 000	8,66
20040206	C	193 004	8,62
20040206	C	110 000	8,65
20040209	C	4 000	8,66
20040209	C	50 000	8,69
20040209	V	89 624	8,71
20040210	V	20 000	8,63
20040209	C	94 624	8,69
20040210	C	3 500	8,62
20040210	V	71 702	8,65
20040210	V	100 652	8,65
20040210	C	100 652	8,64
20040210	C	81 702	8,63
20040211	V	144 688	8,80
20040211	V	108 698	8,75
20040212	V	135 458	8,93
20040212	V	900	8,97
Banco Português de Investimento, S.A.			
Transacções - acções da PT			
Data	Natureza	Quantidade	Preço (euros)
20040211	C	108 698	8,76
20040211	C	89 688	8,78
20040212	C	900	8,97
20040212	C	153 742	8,93
20040212	V	6 600	9,00
20040212	V	153 742	8,94
20040213	V	20 000	8,95
20040213	V	20 000	8,91
20040212	C	190 458	8,93
20040213	C	103 581	8,94
20040213	C	113 985	8,93
20040213	V	113 985	8,95
20040213	V	103 581	8,93
20040216	C	1 500	8,86
20040216	V	79 500	8,86
20040216	V	42 502	8,86
20040217	V	11 500	8,95
20040217	V	17 030	9,01
20040217	V	50 000	9,00
20040216	C	78 000	8,86
20040216	C	42 502	8,85
20040217	V	108 357	8,93
20040217	V	95 000	8,97
20040211	V	6 740	8,85
20040218	V	100 000	9,17
20040218	V	50 000	9,25
20040217	C	83 357	8,94
20040217	C	60 000	8,96
20040218	V	108 185	9,14
20040218	V	200	9,16
20040219	V	100	9,20
20040219	V	10 000	8,87
20040219	V	10 000	9,02
20040218	C	35 000	9,04
20040218	C	108 185	9,14
20040219	C	100 000	8,98
20040219	C	3 406	8,95
20040219	C	10 000	8,90
20040219	V	189 041	8,96
20040219	C	100 100	9,08
20040219	C	14 300	8,94
20040219	C	189 041	8,96
20040219	C	6 740	8,85
20040219	C	200	9,15
20040220	C	2 900	8,85
20040220	V	77 492	8,85
20040220	V	65 000	8,84
20040223	V	100 000	8,95

Banco Português de Investimento, S.A. Transacções - acções da PT				Banco Português de Investimento, S.A. Transacções - acções da PT			
Data	Natureza	Quantidade	Preço (euros)	Data	Natureza	Quantidade	Preço (euros)
20040223	V	6 000	8,90	20040304	C	84 537	9,23
20040223	V	50 000	9,03	20040304	C	221 179	9,24
20040220	C	117 492	8,84	20040305	C	4 300	9,27
20040220	C	65 000	8,86	20040305	C	25 000	9,28
20040220	C	60 500	8,82	20040308	V	354	9,32
20040223	C	10 000	8,83	20040308	C	354	9,31
20040223	V	75 560	8,94	20040308	V	168 258	9,38
20040224	V	1	9,14	20040308	V	140 000	9,36
20040224	V	20 000	9,14	20040309	V	23 232	9,40
20040223	C	75 560	8,93	20040309	V	17 000	9,43
20040224	C	20 000	9,11	20040308	C	81 490	9,36
20040224	C	1	9,12	20040308	C	130 000	9,35
20040224	V	161 000	9,11	20040309	C	2 970	9,37
20040225	V	2 600	9,26	20040309	C	15 327	9,35
20040225	V	6 812	9,20	20040309	C	17 000	9,38
20040224	C	161 000	9,11	20040309	C	2 970	9,40
20040225	V	127 235	9,20	20040309	V	81 316	9,39
20040225	V	70 000	9,22	20040309	C	81 316	9,37
20040225	C	127 235	9,19	20040309	C	70 000	9,36
20040225	C	55 000	9,16	20040310	V	117 185	9,26
20040226	V	82 967	9,07	20040310	V	44 692	9,27
20040226	V	95 670	9,14	20040311	V	20 733	9,20
20040227	V	40 000	9,10	20040311	V	250	9,13
20040226	C	95 670	9,12	20040311	V	450	9,10
20040226	C	102 967	9,07	20040310	C	117 185	9,27
20040226	C	45 000	9,23	20040310	C	44 692	9,25
20040227	C	1 703	9,06	20040311	C	20 733	9,12
20040227	V	111 076	9,09	20040311	C	250	9,11
20040301	V	161 995	9,08	20040311	C	450	9,12
20040227	C	111 076	9,09	20040311	V	46 000	9,08
20040227	C	40 000	9,05	20040311	V	109 702	9,12
20040301	V	55 000	9,10	20040312	V	10 000	9,11
20040301	C	55 000	9,08	20040311	C	89 702	9,12
20040301	C	161 995	9,08	20040312	C	11 000	8,98
20040302	V	118 787	9,14	20040312	V	133 611	9,05
20040302	V	132 382	9,17	20040312	V	67 275	8,99
20040303	V	9 200	9,40	20040315	V	20 000	9,01
20040302	C	118 787	9,13	20040315	V	10 218	9,11
20040302	C	72 382	9,14	20040315	V	400	9,09
20040303	C	96 108	9,35	20040315	V	5 000	9,12
20040303	V	83 614	9,37	20040315	V	200	9,05
20040303	V	157 108	9,36	20040312	C	133 611	9,05
20040304	V	24 537	9,42	20040312	C	67 275	9,04
20040304	V	160 179	9,25	20040315	C	5 000	8,95
20040304	V	1 000	9,30	20040315	C	20 000	8,98
20040303	C	83 614	9,32	20040315	C	200	9,05
20040304	C	8 100	9,29	20040315	V	124 534	9,05
20040305	V	25 000	9,29	20040316	V	25 000	9,12

Banco Português de Investimento, S.A. Transacções - acções da PT				Banco Português de Investimento, S.A. Transacções - acções da PT			
Data	Natureza	Quantidade	Preço (euros)	Data	Natureza	Quantidade	Preço (euros)
20040316	V	5 000	9,09	20040330	C	83 000	8,90
20040315	C	127 034	9,06	20040331	C	92 703	8,97
20040316	C	5 000	9,01	20040331	V	92 703	8,98
20040316	C	5 000	9,06	20040331	V	152 211	8,99
20040316	V	137 836	9,15	20040331	C	92 345	8,96
20040316	V	51 715	9,26	20040401	C	82 590	9,01
20040317	V	25 000	9,39	20040401	V	65 557	9,00
20040317	V	10 940	9,32	20040401	V	82 590	9,01
20040317	V	27 000	9,33	20040402	V	76 658	9,01
20040317	V	20 000	9,42	20040402	V	28 810	9,06
20040317	V	100	9,33	20040401	C	125 423	9,02
20040316	C	137 836	9,13	20040402	C	25 000	9,01
20040316	C	21 716	9,24	20040402	C	76 658	9,02
20040317	C	5 000	9,36	20040402	C	63 810	9,03
20040317	C	100	9,31	20040405	V	84 925	9,08
20040317	V	145 406	9,33	20040405	V	87 601	9,09
20040317	V	27 653	9,33	20040406	V	94 325	8,97
20040318	V	30 000	9,28	20040405	C	87 601	9,07
20040317	C	82 652	9,31	20040405	C	69 776	8,99
20040317	C	140 406	9,32	20040406	C	15 149	8,99
20040318	C	20 000	9,33	20040406	V	60 000	9,03
20040318	V	144 088	9,28	20040406	C	94 325	8,98
20040318	V	55 000	9,28	20040406	C	20 436	8,94
20040319	V	22 788	9,25	20040407	V	70 000	8,98
20040319	V	7 222	9,31	20040408	V	10 000	9,03
20040318	C	55 000	9,28	20040407	C	70 000	8,99
20040318	C	144 088	9,28	20040408	C	29 660	9,02
20040319	C	76 800	9,30	20040413	V	20 000	9,07
20040319	C	71 400	9,30	20040413	V	10 696	9,17
20040319	C	7 222	9,31	20040413	C	20 000	9,07
20040319	V	137 804	9,29	20040413	V	58 960	9,09
20040319	V	48 612	9,27	20040414	V	25 000	9,13
20040322	V	25 000	9,01	20040414	V	35 000	9,09
20040319	C	137 804	9,29	20040414	V	11 472	9,13
20040322	C	25 000	9,00	20040413	C	80 696	9,08
20040323	V	5 908	9,03	20040413	C	58 960	9,08
20040323	C	5 908	9,00	20040414	C	11 472	9,12
20040324	V	99 000	9,07	20040414	V	69 890	9,12
20040324	C	99 000	9,06	20040415	V	30 000	9,18
20040325	V	60 583	9,11	20040415	V	60 000	9,15
20040325	C	60 583	9,13	20040415	V	30 000	9,17
20040326	V	75 000	8,95	20040414	C	79 890	9,06
20040329	V	50 000	8,97	20040415	C	40 000	9,14
20040326	C	75 000	8,96	20040415	V	30 000	9,17
20040329	C	50 000	8,98	20040416	V	40 000	9,17
20040330	V	83 000	8,91	20040416	V	9 660	9,19
20040330	V	151 596	8,91	20040415	C	30 000	9,15
20040330	C	151 596	8,91	20040416	C	40 000	9,17

Banco Português de Investimento, S.A. Transacções - acções da PT				Banco Português de Investimento, S.A. Transacções - acções da PT			
Data	Natureza	Quantidade	Preço (euros)	Data	Natureza	Quantidade	Preço (euros)
20040416	C	53 000	9,09	20040503	C	21 500	9,15
20040416	V	70 000	9,18	20040504	C	20 000	9,16
20040419	V	80 000	9,19	20040504	V	80 100	9,19
20040416	C	120 000	9,12	20040505	V	16 000	9,17
20040419	C	20 000	9,17	20040504	C	80 100	9,18
20040419	V	30 900	9,19	20040505	C	51 000	9,15
20040419	C	30 900	9,19	20040506	V	70 000	9,16
20040420	V	30 000	9,22	20040507	V	11 716	9,09
20040420	V	75 000	9,27	20040506	C	41 869	9,11
20040421	V	10 000	9,17	20040507	C	25 000	8,96
20040421	V	50 000	9,23	20040507	C	58 535	9,01
20040420	C	85 000	9,22	20040507	C	11 716	9,05
20040420	C	30 000	9,22	20040507	V	55 404	8,99
20040421	C	100 000	9,19	20040510	V	27 649	8,77
20040421	C	10 000	9,24	20040510	V	71 000	8,66
20040422	V	10 000	9,20	20040510	C	27 649	8,74
20040422	C	30 000	9,16	20040510	C	71 000	8,66
20040422	C	10 000	9,16	20040511	C	33 400	8,63
20040422	V	50 212	9,26	20040511	V	33 400	8,64
20040423	V	40 000	9,24	20040511	V	62 541	8,65
20040423	V	20	9,24	20040512	V	15 000	8,66
20040422	C	70 212	9,19	20040511	C	62 541	8,63
20040423	C	40 000	9,23	20040512	C	15 000	8,63
20040423	C	20	9,22	20040512	V	68 963	8,64
20040423	V	88 002	9,26	20040512	C	68 963	8,64
20040423	V	30 000	9,24	20040513	C	14 862	8,53
20040426	V	16 638	9,31	20040513	V	14 862	8,53
20040426	V	11 935	9,30	20040513	V	30 000	8,47
20040423	C	68 002	9,27	20040513	C	45 000	8,47
20040427	V	20 000	9,14	20040514	C	17 756	8,33
20040427	V	10 600	9,14	20040514	V	32 756	8,41
20040426	C	16 638	9,30	20040517	V	10 000	8,11
20040426	C	11 935	9,31	20040517	C	10 000	8,12
20040427	C	10 600	9,15	20040518	V	90 000	8,40
20040427	V	37 000	9,14	20040518	C	90 000	8,42
20040427	C	92 000	9,11	20040519	C	25 000	8,50
20040428	V	79 100	9,18	20040520	V	45 000	8,47
20040429	V	30 000	9,31	20040520	C	44 504	8,43
20040429	V	16 000	9,18	20040520	V	44 504	8,45
20040428	C	29 100	9,16	20040521	V	65 500	8,46
20040429	C	16 000	9,18	20040521	V	5 560	8,57
20040429	V	55 272	9,26	20040520	C	45 000	8,46
20040429	C	105 272	9,21	20040521	C	5 560	8,55
20040429	C	30 000	9,15	20040525	V	8 744	8,39
20040430	V	101 566	9,03	20040525	V	12 000	8,37
20040430	C	66 566	9,05	20040525	C	8 744	8,39
20040503	V	56 500	9,18	20040525	C	12 000	8,37
20040504	V	20 000	9,16	20040526	V	67 435	8,47

Banco Português de Investimento, S.A. Transacções - acções da PT			
Data	Natureza	Quantidade	Preço (euros)
20040526	C	36 435	8,46
20040528	V	25 000	8,51
20040527	C	31 000	8,55
20040531	V	10 000	8,44
20040528	C	35 000	8,46
20040601	V	31 000	8,33
20040602	V	40 000	8,43
20040601	C	31 000	8,30
20040602	C	40 000	8,41
20040603	C	16 351	8,40
20040603	V	16 351	8,42
20040603	V	58 000	8,44
20040603	C	58 000	8,42
20040607	V	55 563	8,71
20040607	C	55 563	8,71
20040608	V	9 992	8,70
20040608	C	9 992	8,69
20040608	V	73 650	8,72
20040609	V	33 750	8,76
20040608	C	58 650	8,71
20040609	C	48 750	8,76
20040610	C	7 401	8,81
20040610	V	57 401	8,82
20040611	V	20 000	8,90
20040611	C	40 000	8,82
20040614	C	10 000	8,82
20040614	C	40 000	8,79
20040615	V	10 000	8,69
20040615	V	50 000	8,72
Banco Português de Investimento, S.A. Transacções - acções da PT			
Data	Natureza	Quantidade	Preço (euros)
20040615	C	10 000	8,67
20040615	C	30 000	8,70
20040616	V	95 000	8,87
20040617	V	209	9,00
20040616	C	45 000	8,87
20040617	C	209	9,00
20040617	V	82 543	8,86
20040617	V	42 084	8,83
20040618	V	15 200	8,91
20040617	C	182 543	8,89
20040617	C	42 084	8,82
20040618	C	53 600	8,78
20040618	C	15 200	8,91
20040618	V	112 452	8,88
20040618	C	110 132	8,85
20040621	V	47 680	8,86
20040622	V	26 218	8,80
20040623	V	6 000	8,78
20040622	C	14 182	8,78
20040623	C	6 000	8,77
20040623	V	68 000	8,73
20040624	V	20 000	8,75
20040623	C	80 036	8,76
20040624	C	20 000	8,75
20040628	V	20 000	8,85
20040629	V	20 000	8,87
20040629	C	40 000	8,84
20040630	C	10 869	8,82
20040630	C	1 899	8,87

BPI Vida - Companhia de seguros de Vida, S.A. Transacções - acções da PT			
Data	Natureza	Quantidade	Preço (euros)
20040312	V	317	9,07
20040312	V	549	9,07
20040330	C	2 433	8,95
20040413	C	78	9,08
20040413	C	71	9,08
20040414	C	108	9,15
20040427	C	198	9,14
20040511	C	15 229	8,66
20040511	C	9 021	8,66
BPI Vida - Companhia de seguros de Vida, S.A. Transacções - acções da PT			
Data	Natureza	Quantidade	Preço (euros)
20040511	C	1 346	8,66
20040511	C	228	8,66
20040511	C	984	8,66
20040511	C	230	8,66
20040511	C	938	8,66
20040518	V	1 784	8,40
20040618	V	2 980	8,91
20040618	V	3 950	8,91

Banco Português de Investimento, S.A. Transacções - acções da PT Multimedia				Banco Português de Investimento, S.A. Transacções - acções da PT Multimedia			
Data	Natureza	Quantidade	Preço (euros)	Data	Natureza	Quantidade	Preço (euros)
20040105	C	1 500	15,95	20040305	V	15 000	19,26
20040105	V	1 500	15,92	20040309	C	18 231	19,52
20040106	C	1 200	15,80	20040310	C	11 234	19,00
20040106	V	200	15,73	20040311	C	10 125	17,84
20040107	V	2 000	15,91	20040311	V	5 125	18,03
20040108	C	10 000	16,13	20040312	C	8 160	17,46
20040109	V	10 000	16,33	20040312	V	7 160	17,79
20040112	V	2 000	16,42	20040315	V	6 894	17,97
20040113	C	10 000	16,50	20040317	C	5 100	18,30
20040113	V	1 319	16,57	20040318	C	2 000	18,22
20040114	C	6 148	16,75	20040318	V	202	18,28
20040114	V	6 829	16,83	20040319	C	103 253	18,19
20040115	V	10 100	17,03	20040319	V	2 051	18,23
20040116	C	8 656	17,17	20040322	C	3 502	17,64
20040116	V	3 045	17,32	20040322	V	3 502	18,06
20040119	C	1 490	17,31	20040323	C	3 242	17,43
20040120	C	5 224	17,05	20040323	V	13 242	17,60
20040121	C	2 086	16,96	20040324	C	2 765	17,45
20040121	V	9 500	16,95	20040324	V	2 765	17,60
20040122	C	596	17,09	20040325	C	3 800	17,80
20040123	C	11 000	17,20	20040325	V	3 800	18,00
20040126	V	1 000	17,41	20040401	C	15 000	18,10
20040127	V	2 129	17,47	20040402	C	342	18,40
20040128	C	2 629	17,30	20040402	V	342	18,47
20040128	V	798	17,37	20040406	C	1 788	18,85
20040129	V	3 118	17,36	20040416	V	115 125	18,74
20040130	C	3 043	17,18	20040419	C	25	18,77
20040130	V	2 082	17,40	20040504	V	4 517	19,00
20040202	V	11 800	17,54	20040505	V	1 944	19,00
20040203	C	7 000	17,37	20040507	V	25 000	18,39
20040204	C	1 000	17,34	20040510	C	3 000	17,86
20040204	V	6 000	17,36	20040520	C	22 000	17,43
20040205	C	4 000	17,38	20040520	V	22 000	17,49
20040205	V	298	17,37	20040521	C	25 000	17,45
20040206	V	2 000	17,60	20040528	C	20 000	17,20
20040209	V	61	17,70	20040603	C	5 000	17,00
20040210	V	3 939	17,69	20040603	V	5 000	17,05
20040211	C	10 000	17,85	20040608	C	2 100	17,17
20040217	V	1 490	17,53	20040609	C	6 900	17,16
20040218	C	15 637	17,58	20040610	V	900	17,25
20040219	C	298	17,52	20040617	C	11 354	18,00
20040220	V	95 500	17,58	20040617	V	18 218	18,10
20040223	C	200	17,89	20040618	C	749	17,90
20040223	V	3 000	17,89	20040618	V	23 225	18,13
20040224	C	10 000	17,99	20040621	C	9 335	18,01
20040224	V	3 100	17,95	20040622	V	1 100	18,05
20040225	C	15 500	18,12	20040623	C	3 050	17,90
20040225	V	5 496	18,01	20040623	V	5 910	17,90
20040226	C	2 000	18,10	20040624	C	523	18,00
20040227	C	149	18,61	20040624	V	250	17,95
20040301	C	200	18,80	20040625	V	523	18,00
20040303	V	1 400	19,20	20040630	V	211	18,00

BPI Vida - Companhia de seguros de Vida, S.A. Transacções - acções da PT Multimedia			
Data	Natureza	Quantidade	Preço (euros)
20040105	V	1 387	15,92
20040105	V	76	15,92
20040105	V	147	15,92

BPI Vida - Companhia de seguros de Vida, S.A. Transacções - acções da PT Multimedia			
Data	Natureza	Quantidade	Preço (euros)
20040107	V	2 125	15,92
20040107	V	109	15,92
20040107	V	272	15,92

Conselho Fiscal

- Pedro Matos Silva, presidente do Conselho Fiscal, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
- Gonçalo Vaz Botelho, vogal do Conselho Fiscal, é titular de 247 acções da PT. O cônjuge é titular de 247 acções da PT;
- Mário Gomes, Revisor Oficial de Contas, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
- José Vieira dos Reis, vogal suplente do Conselho Fiscal, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo, sendo o cônjuge titular de 80 acções da PT.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras individuais da PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A. para o primeiro semestre de 2004, as quais compreendem o Balanço em 30 de Junho de 2004 (que evidencia um total de balanço de 6.740.757.431 Euros e um total de capital próprio de 2.710.572.800 Euros, incluindo um resultado líquido do semestre de 322.518.239 Euros), as Demonstrações de Resultados por Naturezas e por Funções e dos Fluxos de Caixa do semestre findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditória da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável de que as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu (a) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, (b) a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, (c) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade, e (d) a apreciação da adequação, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A. em 30 de Junho de 2004, e o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no semestre findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

ÊNFASE

7. Os Balanços em 30 de Junho e 31 de Dezembro de 2003 e as Demonstrações de Resultados por Naturezas e por Funções e dos Fluxos de Caixa do semestre findo em 30 de Junho de 2003, apresentados para efeitos comparativos, foram igualmente objecto do nosso exame e as nossas correspondentes Certificações Legais das Contas, datadas respectivamente de 29 de Agosto de 2003 e de 5 de Março de 2004, foram emitidas sem reservas.

Lisboa, 3 de Setembro de 2004

ASCENÇÃO, GOMES, CRUZ & ASSOCIADO - S.R.O.C.,
representada por Mário João de Matos Gomes, R.O.C.



RELATÓRIOS DOS AUDITORES

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Aos Accionistas e ao Conselho de Administração de
Portugal Telecom, SGPS, S.A.

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Portugal Telecom, SGPS, S.A. (“Empresa” ou “Portugal Telecom”), as quais compreendem o balanço em 30 de Junho de 2004, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa do semestre findo naquela data e o correspondente anexo. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do Conselho de Administração. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria daquelas demonstrações financeiras.
2. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites em Portugal, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Esta auditoria incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Esta auditoria incluiu igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1, apresentam de forma apropriada, para os efeitos descritos no parágrafo 4, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Portugal Telecom, SGPS, S.A. em 30 de Junho de 2004 bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no semestre findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.
4. As demonstrações financeiras referem-se à Empresa em termos individuais e não consolidados e foram preparadas para publicação nos termos da legislação em vigor. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como disposto na Directriz Contabilística nº 9, através do qual são considerados nos resultados líquidos e no capital próprio os efeitos da consolidação das empresas participadas, as demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral a nível dos activos, passivos, custos e proveitos totais (Nota Introdutória), o que será efectuado em demonstrações financeiras consolidadas a aprovar e a publicar em separado.

Lisboa, 3 de Setembro de 2004

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Pr. Duque de Saldanha, 1-6º
1050-094 Lisboa
Portugal

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do semestre findo em 30 de Junho de 2004 de Portugal Telecom, SGPS, S.A. (“Empresa” ou “Portugal Telecom”), as quais compreendem o balanço em 30 de Junho de 2004, que evidencia um total de 6.740.757.431 Euros e capitais próprios de 2.710.572.800 Euros, incluindo um resultado líquido de 322.518.239 Euros, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditória da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1, apresentam de forma verdadeira e apropriada, para os efeitos descritos no parágrafo 6, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Portugal Telecom, SGPS, S.A. em 30 de Junho de 2004, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no semestre findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

6. As demonstrações financeiras referem-se à Empresa em termos individuais e não consolidados e foram preparadas para publicação nos termos da legislação em vigor. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como disposto na Directriz Contabilística nº 9, através do qual são considerados nos resultados líquidos e no capital próprio os efeitos da consolidação das empresas participadas, as demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral a nível dos activos, passivos, custos e proveitos totais (Nota Introdutória), o que será efectuado em demonstrações financeiras consolidadas a aprovar e a publicar em separado.

Lisboa, 3 de Setembro de 2004